

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Mensagem



Enfª Maria Inez Alves de Farias
Presidente

estratégico institucional, exigindo maior tempo para amadurecimento do processo de condução. Também se constituiu em oportunidade de aprimoramento do processo deliberativo. Foram discutidos e redefinidos os ritos de análise e julgamento das denúncias e processos ético-disciplinares, propiciando maior segurança, transparência e neutralidade nas decisões.

O ano de 2018 representou o início de um novo ciclo no Conselho de Enfermagem da Bahia. Conselheiras e conselheiros da gestão 2018-2020 foram eleitos no processo eleitoral ocorrido em outubro de 2017 e a nova diretoria chegou com a missão de qualificar a prestação de serviço ao usuário-cidadão e a estrutura organizacional da autarquia, visando maior efetividade na gestão do gasto público.

Se por um lado a nova composição do Plenário contribuiu para o processo de renovação de ideias, por outro trouxe o desafio da reconstrução do alinhamento

O atual cenário também exige maior eficiência nos gastos públicos. Por essa razão, em 2018 foram priorizadas as ações de melhoria e qualificação da gestão, iniciada com a reestruturação administrativa que criou novas unidades responsáveis pelo planejamento, pela gestão de contratos e pela recuperação de créditos, modificações que buscam qualificar os processos gerenciais e reduzir a inadimplência. Também foram determinados análises e estudos para melhorar a compreensão da dinâmica e desempenho operacional da autarquia, além de iniciadas medidas de valorização do servidor.

As parcerias com outras organizações, a exemplo dos sindicatos, associações, governos municipais e estadual, além do ministério público, vêm sendo fortalecidas e visam à construção de uma agenda conjunta de iniciativas para o fortalecimento da Enfermagem no estado. Assim, todos os esforços da Diretoria no ano estiveram voltados para o fortalecimento das capacidades institucionais, com foco em maior valor público entregue ao cidadão.

As intervenções iniciadas em 2018 visam, portanto, garantir nos curto e médio prazos uma melhora na prestação de serviços e maior eficiência no gasto público, com mais agilidade, economicidade e transparência. Por fim, cabe reafirmar o compromisso da gestão de ampliar nos próximos anos ações de fiscalização no estado, de modo a garantir uma Enfermagem mais segura e valorizada para os profissionais e a sociedade.

Sumário

Visão geral organizacional e ambiente externo	7
Gestão de riscos e controles internos.....	21
Resultados da Gestão	27
Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão.....	41
Demonstrações Contábeis	59
Outras Informações Relevantes.....	73



Visão geral organizacional e ambiente externo

O Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (Coren-BA) é uma autarquia federal vinculada ao sistema Conselho Federal/Conselhos Regionais de Enfermagem, cujas funções primordiais são regulamentar o trabalho em enfermagem e fiscalizar o exercício profissional das suas quatro categorias: auxiliar de enfermagem, técnica(o) de enfermagem, enfermeira(o) e obstetriz.

Como todos os outros conselhos regionais representados no território nacional, o Coren-BA atua para garantir a prestação de assistência à saúde segura no âmbito do estado da Bahia.

Entre as principais competências do conselho estão: deliberação sobre inscrição de profissionais e cancelamento; expedição de carteira profissional para o exercício da enfermagem; conhecimento e decisão de assuntos referentes à ética profissional; e execução das instruções e provimentos do Conselho Federal de Enfermagem.

Atualmente, o Plenário do Coren-BA é composto por dezessete membros efetivos e dezessete suplentes, eleitos através de voto secreto, que elegeu a Diretoria que conduzirá o Conselho no triênio 2018-2020.

Para registro, embora não seja objeto de referência para as informações e resultados apresentados neste relatório, a missão, visão e valores apresentados ao lado foram definidos a partir da Decisão nº 18, de 6 de dezembro de 2018, que aprova o Planejamento Estratégico Participativo 2019-2021 do Coren-BA, o Plano Plurianual, e define a sistemática de acompanhamento e avaliação, disponível em:

<http://ba.corens.portalcofen.gov.br/conselhoregional>.

Missão

“Disciplinar e fiscalizar o exercício da enfermagem, orientando os profissionais em benefício da sociedade”

Visão

“Ser uma instituição de excelência que valoriza os seus servidores e os profissionais de enfermagem”

Valores

“Eficiência, ética, honestidade, profissionalismo, respeito e responsabilidade”

Plenário 2018-2020

Diretoria



**Maria Inez Morais
Alves de Farias**
Presidente



**Handerson Silva
Santos**
Vice-Presidente



**Keyla da Silveira
Pinto**
1ª Secretária



**Vivalnita
Mendonça da
Encarnação**
2ª Secretária



**Aline Soares da
Silva**
1ª Tesoureira



**Fernando de Jesus
Teixeira**
2º Tesoureiro

Conselheiros Efetivos

Adriana Coelho da Silva

Coren-BA 518.782-TE

Dart Clair Carvalho das Virgens Cerqueira

Coren-BA 419.451-TE

Handerson Silva Santos

Coren-BA 246.705-ENF

Keyla da Silveira Pinto

Coren-BA 114.665-ENF

Vivalnita Mendonça da Encarnação

Coren-BA 45.788-ENF

Alexandro Gesner Gomes dos Santos

Coren-BA 113.858-ENF

Eduardo Alexandrino

Coren-BA 508.544-TE

Helena Gomes Ribeiro Pereira

Coren-BA 91.310-ENF

Liana Figueiredo Almeida Souza

Coren-BA 40.617-ENF

Aline Soares da Silva

Coren-BA 259.624-TE

Elisa Auxiliadora da França Ribeiro

Coren-BA 74.966-ENF

Jairo Oliveira dos Santos

Coren-BA 410.051-ENF

Marcos de Oliveira Silva

Coren-BA 330.367-TE

Andreia Santos de Jesus

Coren-BA 228.859-ENF

Fernando de Jesus Teixeira

Coren-BA 57.958-AE-IR

Joana Evangelista Conceição Silva

Coren-BA 450.478-AE

Maria Inez Moraes Alves de Farias

Coren-BA 25.071-ENF-IR

Conselheiros Suplentes

Ana Lúcia Dias

Coren-BA 101.970-AE

Cirlene Barbosa Barros Lopes

Coren-BA 576.720-TE

Dirlaine Cristina Aguiar Souto Cruz

Coren-BA 85.920-ENF

Luis Rogério Cosme Silva Santos

Coren-BA 66.508-ENF

Rudval Souza da Silva

Coren-BA 190.322-ENF

Cândida Maria Pimentel Pereira

Coren-BA 58.114-ENF

Clarice Tâmara Oliveira de Souza Bastos

Coren-BA 316.169-ENF

Gregório Neto Batista de Sousa

Coren-BA 194.806-ENF

Marcus Vinícius Silva Palma

Coren-BA 390.490-TE

Cátia Lafaethe Veloso Dantas Santos

Coren-BA 196.021-TE

Cláudia Nascimento de Souza Magalhães

Coren-BA 185.327-TE

Kátia Farias Topázio

Coren-BA 38.440-ENF

Maria Jacinta Pereira Veloso

Coren-BA 67.976-ENF

Charles Souza Santos

Coren-BA 133.466-ENF

Cristiane Magali Freitas dos Santos

Coren-BA 46.531-ENF

Lúcia da Silva Figueiredo

Coren-BA 213.402-TE

Neli Francisco Xavier

Coren-BA 310.966-TE

Atuação

O Coren-BA atua em todo o território do Estado da Bahia e atualmente conta com 01 (uma) unidade sede na capital e 11 (onze) unidades no interior – Subseções.

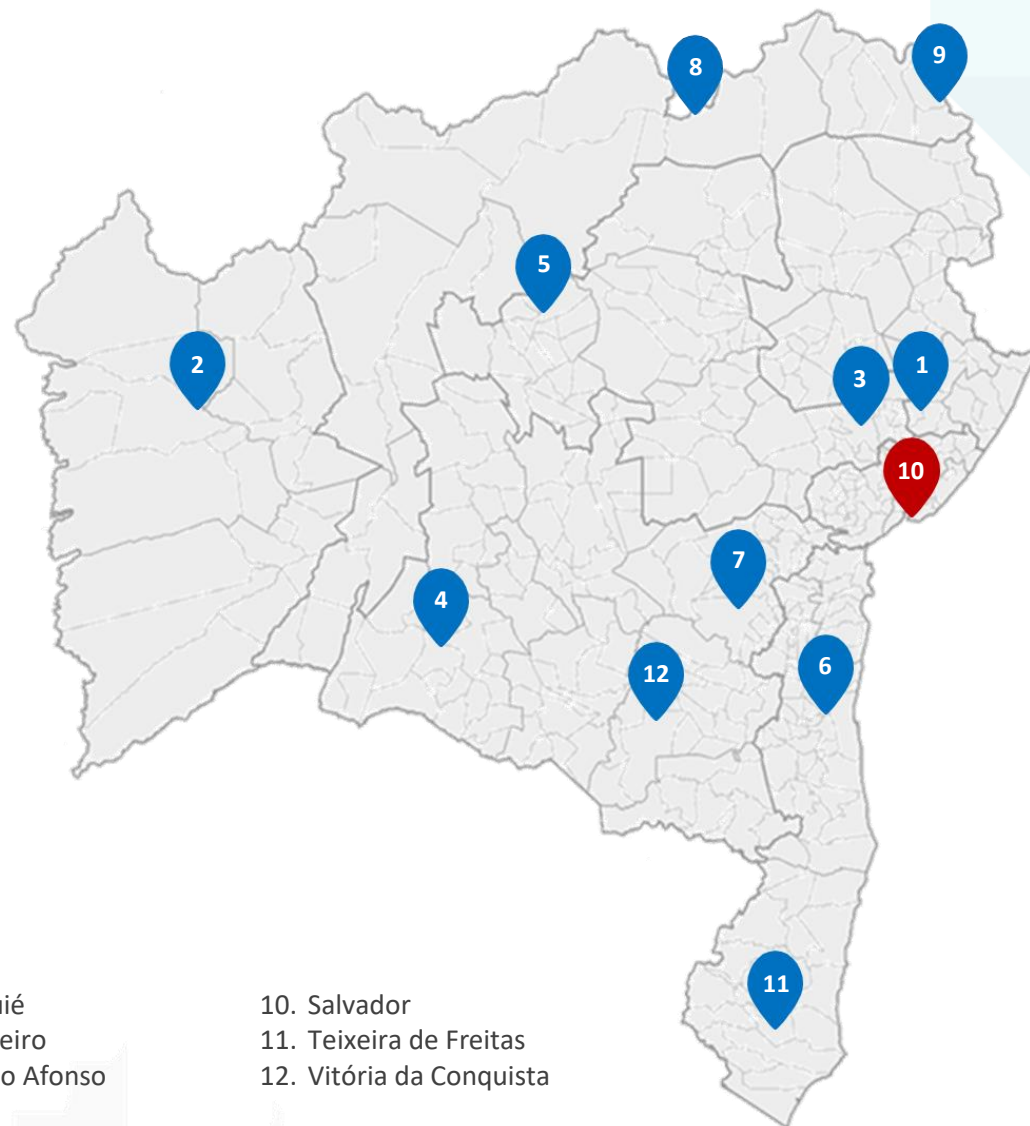
Basicamente a atuação do conselho se dá através do atendimento aos profissionais de enfermagem nas diversas unidades, que buscam serviços como inscrição, registro e cadastro, negociação de débitos e outros, e também pela atividade de fiscalização do exercício profissional, desempenhada exclusivamente pelos servidores enfermeiros fiscais por meio de visitas técnicas a unidades e instituições de saúde em todo o território do estado.

O Coren-BA também possui importante atuação no julgamento de denúncias de infração ético-legal e de processos éticos admitidos contra profissionais de enfermagem, que pode resultar na absolvição ou penalização do profissional.

Há ainda as atividades desenvolvidas pelas Câmaras Técnicas e seus Grupos de Trabalho que promovem estudos, elaboram pareceres técnicos sobre assuntos da enfermagem, prestam orientações técnicas aos profissionais e ainda desenvolvem ações formativas como oficinas, seminários, palestras e outros.

As unidades estão localizadas em:

- | | | | |
|---------------------|-------------|-----------------|--------------------------|
| 1. Alagoinhas | 4. Guanambi | 7. Jequié | 10. Salvador |
| 2. Barreiras | 5. Irecê | 8. Juazeiro | 11. Teixeira de Freitas |
| 3. Feira de Santana | 6. Itabuna | 9. Paulo Afonso | 12. Vitória da Conquista |



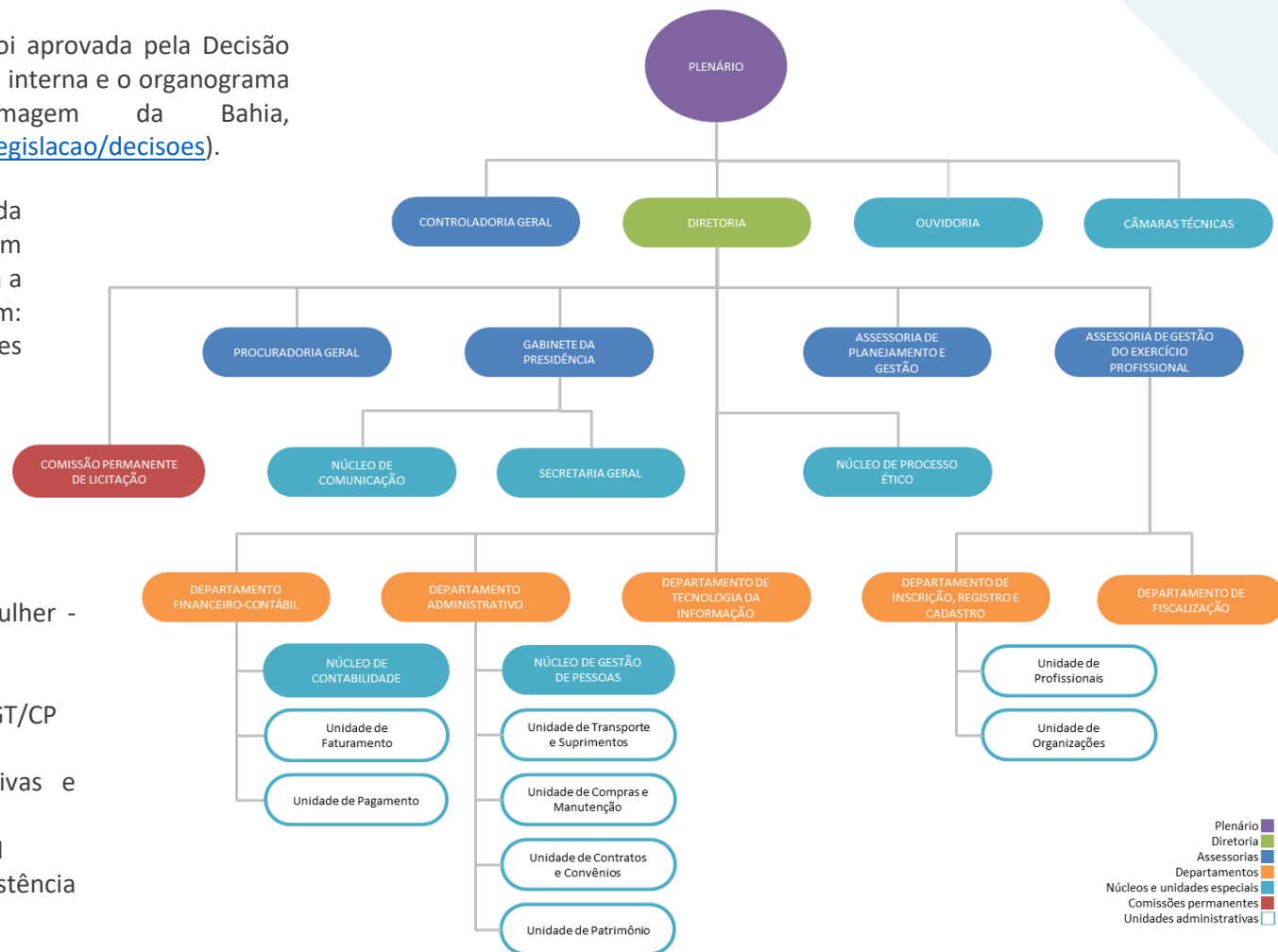
Estrutura Organizacional

A atual estrutura organizacional do conselho foi aprovada pela Decisão Coren-BA nº 18/2018, que alterou a organização interna e o organograma do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia, (<http://ba.corens.portalcofen.gov.br/categoria/legislacao/decisoes>).

O Plenário e a Diretoria são os órgãos colegiados da autarquia, composto pelos conselheiros eleitos em Assembleia Geral. As demais unidades compõem a organização interna e são divididas em: Assessorias, Departamentos, Núcleos e unidades especiais, Comissões e Unidades administrativas.

As Câmaras Técnicas e os grupos de trabalho também fazem parte da estrutura organizacional e em 2018, eram:

- Câmara de Ética de Enfermagem - CEE n
- Câmara Técnica de Atenção à Saúde - CTAS
- Câmara Técnica de Atenção à Saúde da Mulher - CTASM
- Câmara Técnica de Atenção Básica
- Grupo de Trabalho de Cuidados Paliativos - GT/CP
- Grupo de Trabalho de Feridas - GT/Feridas
- Grupo de Trabalho de Práticas Integrativas e Complementares - GT/PICs
- Grupo de Trabalho de Saúde Mental - GT/SM
- Grupo de Trabalho de Sistematização da Assistência de Enfermagem - GT/SAE



Ambiente Externo

Análise Geral

O ano de 2018 foi marcado por um cenário político extremamente conturbado e com uma disputa eleitoral bastante tensa, com impactos significativos para o país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, índice que mede a atividade econômica e o nível de riqueza do país, cresceu apenas 1,1% com relação a 2017, afetado pelo cenário político-econômico nacional e pelo contexto global.

No âmbito internacional a disputa comercial entre os Estados Unidos e a China gerou fortes efeitos na economia global, provocando a valorização da moeda americana e com isso o aumento dos preços no Brasil, a exemplo dos combustíveis. A greve dos caminhoneiros ocorrida em maio contribuiu para reduzir o ritmo já baixo de recuperação da economia do país e também provocou aumento na inflação, impactando na capacidade de compra das famílias.

Apesar desse cenário, dados do IBGE apontam que o Brasil fechou o ano com saldo positivo de 529,5 mil empregos formais e o consumo das famílias aumentou 1,9%, impulsionado

principalmente pela baixa taxa de juros e inflação controlada. A taxa média de desocupação no país sofreu leve redução, 12,3% ante 12,7% de 2017.

Outro aspecto que merece atenção é o baixo desempenho das contas públicas, em especial das unidades subnacionais. De acordo com Ministério da Economia, o resultado fiscal dos estados e municípios brasileiros em 2018 foi pior que no ano anterior e isso ampliou o déficit fiscal do setor público. O déficit estrutural subiu de 0,5% em 2017 para 0,7% do PIB em 2018.

Cada vez mais esses entes federativos possuem dificuldades para honrar seus compromissos com fornecedores de bens e serviços e pagar os salários dos servidores, reduzindo, desse modo, a capacidade financeira dos profissionais.

Bahia

No aspecto político a Bahia teve menor impacto nas últimas eleições, em razão da reeleição do atual governador do estado. No campo econômico o PIB do estado fechou o ano no mesmo ritmo do Brasil (1,1%), segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

A taxa média de desocupação no estado fechou 2018 em 17%, 0,1% acima do que o ano anterior e 4,7% acima da média nacional, destacando-se como a maior da série da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNAD Contínua), iniciada em 2012. A Bahia possui a 2ª maior taxa de desocupação do país, atrás apenas do Amapá (20,2%). A capital baiana e a Região Metropolitana de Salvador (RMS) também registraram aumentos, respectivamente, com 16,1% (7ª) e 18,7% (2ª).

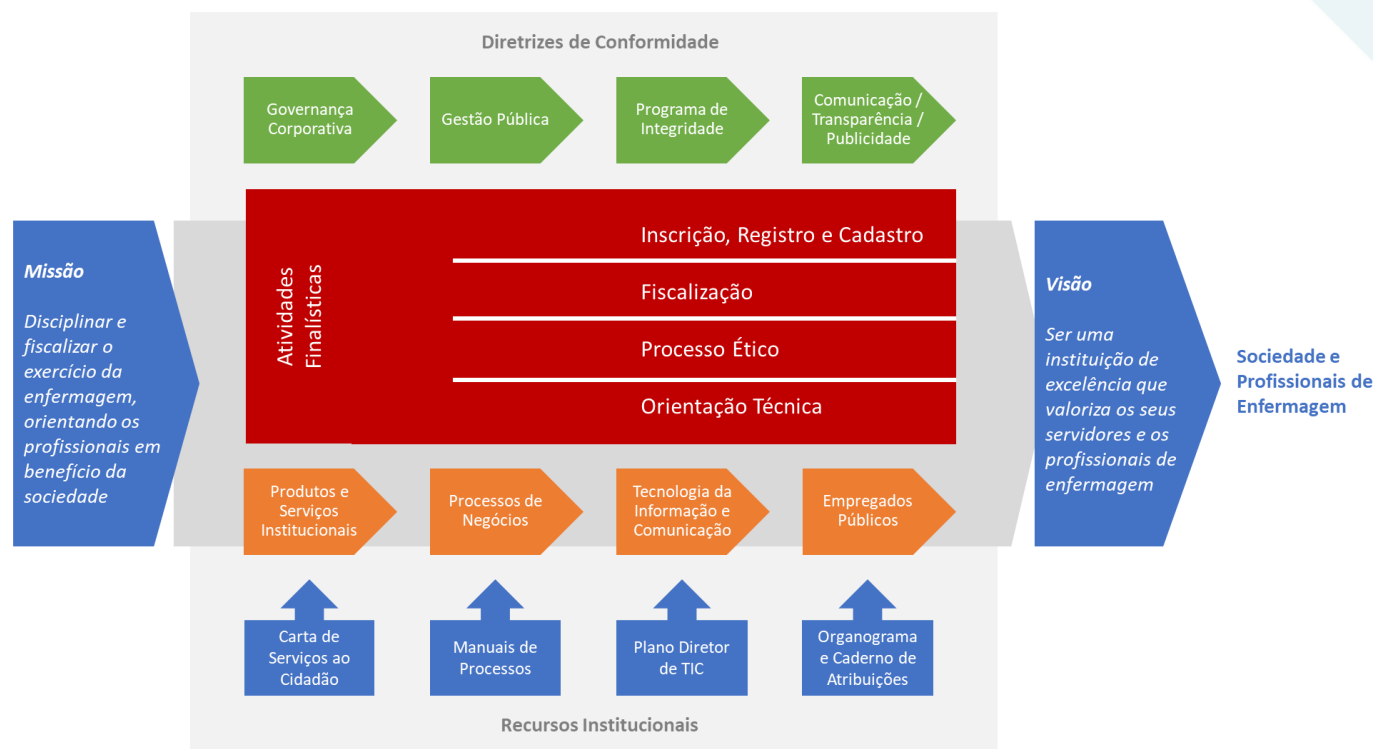
Fato que ocorre na Bahia, e que afeta diretamente os profissionais de enfermagem que atuam na esfera pública, é o não reajuste salarial do funcionalismo do estado. Segundo a Federação dos Trabalhadores Públicos da Bahia, os servidores estaduais acumulam quatro anos sem reajuste no vencimento básico, e as categorias mais afetadas estão nas áreas de saúde, educação e entre os aposentados.

Todo esse cenário aponta para uma redução das condições econômicas dos profissionais de enfermagem do estado e que resulta em menor capacidade de honrar com o pagamento dos tributos (anuidades), fato que dificulta a capacidade do conselho de reduzir a inadimplência e ampliar a arrecadação.

Modelo de Negócios

A cadeia de valor do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia está resumida na figura abaixo, e apresenta as quatro atividades finalísticas da autarquia (macroprocessos de negócio) que se desdobram da missão institucional do órgão e que, com os componentes de recursos institucionais e diretrizes de conformidade, suportam a visão da instituição e garantem a entrega de valor às partes interessadas.

Cadeia de Valor do Coren-BA



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão

Planejamento Estratégico e Governança

A elaboração do planejamento estratégico e do Plano Plurianual é uma prática recente no âmbito do sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem. A Resolução Cofen nº 503, de 6 de janeiro de 2016, “estabelece procedimentos para Plano Plurianual, Proposta e alterações orçamentárias e dá outras providências”.

Assim, os objetivos estratégicos estabelecidos para o ano de 2018 foram definidos a partir da revisão do Planejamento Estratégico 2016-2018, e teve como referencial metodológico o *Balanced Scorecard* (BSC), que contribuiu para a identificação de 6 (seis) perspectivas: Aprendizado e Crescimento, Processos Internos, Administração Pública, Relações Institucionais, Enfermagem e Sociedade, Orçamentária.

No total foram estabelecidos 11 (onze) objetivos e 26 (vinte e seis) iniciativas estratégicas para o período, sendo o ano de 2018 o último do ciclo de gestão em análise. As iniciativas estabelecidas foram desdobradas em planos de ação, tendo como referencial metodológico a ferramenta 5W2H.

Importante destacar que o Planejamento Estratégico 2019-2021 foi elaborado no primeiro semestre de 2018, resultando em 12 (doze) objetivos estratégicos, distribuídos entre 4 (quatro) perspectivas. O documento atual pode ser acessado no portal da transparência do órgão, disponível em:

<http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-ba/transparencia/planejamento-estrategico/>.



Deste modo, para fins de avaliação neste relatório, configuram-se enquanto objetivos estratégicos do Coren-BA:

Orçamentária	Aprendizado & Crescimento	Processos Internos	Administração Pública	Relações Institucionais	Enfermagem & Sociedade
OE11. Promover medidas administrativas de lançamento e recuperação de créditos.	OE1. Promover o desenvolvimento de competências dos servidores públicos do Conselho Regional.	OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem. OE3. Aprimorar a infraestrutura física, administrativa e tecnológica do Conselho Regional. OE4. Construir um ambiente de trabalho integrado que promova a cultura de resultados e a qualidade de vida no trabalho.	OE5. Manter o alinhamento da gestão do Conselho Regional aos princípios da Administração Pública Federal e às instruções e provimentos do Conselho Federal.	OE6. Ampliar a visibilidade institucional e a confiança dos profissionais de enfermagem e da sociedade. OE7. Acompanhar, articular, propor e apoiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de saúde.	OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão. OE9. Aprimorar a comunicação institucional. OE10. Zelar pelo bom conceito da profissão de enfermagem capacitando os que a exerçam e atuando em defesa dos profissionais, da sociedade e dos usuários dos serviços de enfermagem.

Estrutura de Governança

Instâncias Internas

Plenário

Constituído por seus membros efetivos e suplentes, é o órgão de deliberação máxima do Coren-BA.

Diretoria

Órgão executivo e de administração do Coren-BA, e é composta por 6 (seis) conselheiros eleitos para exercerem os cargos de: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

Estruturas de Apoio

Ouvidoria e a Controladoria Geral, vinculadas ao Plenário, e a Procuradoria Geral, vinculada à Diretoria.

Instâncias Externas

Conselho Federal de Enfermagem

Órgão superior de deliberação do sistema Cofen/Conselhos Regionais.

Tribunal de Contas da União

Órgão de controle externo e fiscalização das contas do Coren-BA.



Relacionamento com a sociedade

As unidades do Coren-BA da capital e do interior são os principais canais de acesso aos serviços prestados pelo Conselho, principalmente para inscrição, registro e cadastro profissional, para registro de denúncias de infração ético-legal cometidas por profissionais de enfermagem e para esclarecimentos acerca do exercício da profissão.

Outro importante canal é a Ouvidoria que possui acesso exclusivo através do portal do Conselho, na opção Ouvidoria, e onde são registradas e acompanhadas as manifestações de solicitações de informações, sugestões, reclamações e denúncias.

O Coren-BA possui outros canais de comunicação pelos quais se relaciona com os profissionais de enfermagem e a sociedade, fortalecendo a transparência e ampliando a divulgação das ações, projetos e informações institucionais. O Portal da Transparência possui diversos documentos para acompanhamento e consulta por parte do cidadão.

O conselho se comunica diretamente com a sociedade por meio de seu sítio na internet e está presente nas redes sociais que atualmente se configuram como um canal direto e interativo de aproximação e diálogo com o cidadão. As redes sociais são cada vez mais importantes em nossa estratégia de comunicação.

Conheça os principais canais:



Unidades do Coren-BA (sede e subseções): unidades responsáveis pelas atividades de inscrição, registro e cadastro profissional e atendimento presencial de profissionais e representantes de empresas.



Portal do Coren-BA (www.coren-ba.gov.br): principal canal da instituição onde são disponibilizados diversos serviços, informações, notícias, orientações, guias, publicações, manuais e outros.



Autoatendimento: seção no site onde são disponibilizados serviços online, como emissão de boleto, emissão e conferência de certidão, acompanhamento de protocolo e consulta dos profissionais registrados no conselho.



Portal da Transparência: principal canal para acompanhamento da execução do orçamento onde são disponibilizadas informações sobre a arrecadação e gastos do conselho e outros.



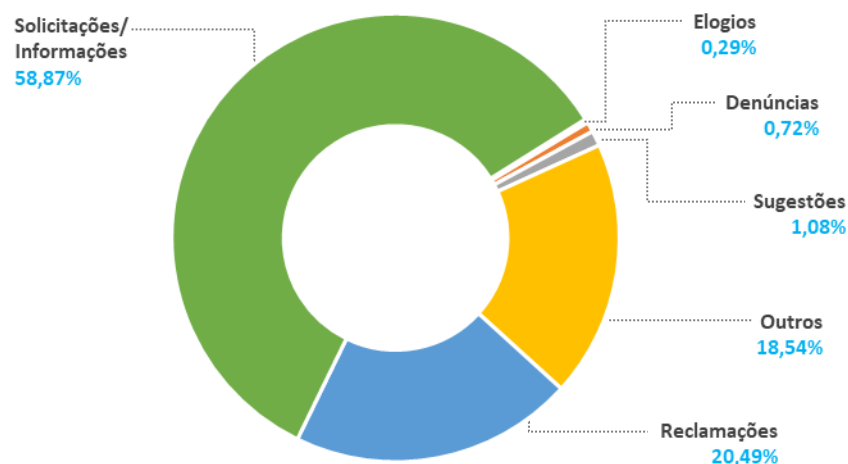
Redes Sociais: perfis nas redes sociais Facebook (/CorenBahia) e Instagram (@coren.bahia) onde são disponibilizadas informações e notícias do conselho e esclarecidas dúvidas.

Resultados da Ouvidoria

A Ouvidoria atua como principal instância no atendimento às solicitações de informações, sugestões, reclamações e denúncias, agindo também na intermediação de conflitos entre os cidadãos-usuários e as unidades do Conselho.

A atuação da Ouvidoria é tanto externa (atendimento ao público em geral), quanto interna (servidores) e para receber as manifestações encaminhadas pelos cidadãos estão disponíveis o canal da Ouvidoria na internet, o atendimento telefônico, através do telefone 71 3277-3110, e o atendimento pessoal na sede.

Em 2018, foram registrados em nosso canal de ouvidoria 1386 (um mil trezentos e oitenta e seis) ocorrências, das quais 58,87% se referiam a solicitações e pedidos de informação, 20,49% a reclamações, 18,54% a outras ocorrências e 2% entre elogios, denúncias e sugestões.



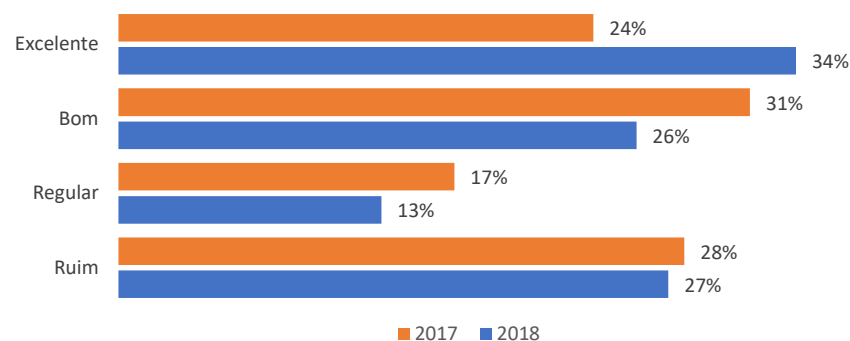
Satisfação dos Usuários-Cidadãos

A satisfação do usuário-cidadão é medida a partir da aplicação de questionários e também da avaliação do atendimento prestado através do sistema de Ouvidoria.

O questionário avalia a satisfação com os itens: tempo de espera para ser atendido, cordialidade no atendimento, habilidade do recepcionista, limpeza e conservação do ambiente e cumprimento do prazo de entrega dos documentos.

Considerando apenas os itens respondidos, é possível notar que houve melhora na satisfação geral, alcançando 60% entre Bom e Excelente em 2018.

Satisfação dos Usuários



Fonte: Ouvidoria.

No momento, apenas na Unidade Sede estão sendo aplicados os questionários, visto que estão sendo estudadas alternativas mais transparentes e confiáveis de medição para uso nas subseções.



Gestão de riscos e controles internos

As atividades de controle interno e gestão de riscos no Coren-BA são coordenadas pela Controladoria Geral, unidade vinculada ao Plenário da autarquia, cujas atribuições envolvem o controle das atividades administrativas, orçamentário-financeira, contábil e patrimonial, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Essas atividades não abrangem as ações da área finalística, dada a determinação da Resolução Cofen nº 373/2011, na qual estas teriam regimes próprios de controle. Porém, com a revogação desta, pela Resolução nº 573/2018, as atividades finalísticas passarão ao âmbito de atuação da Controladoria a partir do exercício de 2019.

O controle realizado de modo preventivo e corretivo abrange o acompanhamento e a análise dos processos licitatórios e de gestão dos contratos; acompanhamento e análise dos processos vinculados a folha de pagamento; acompanhamento e controle da execução orçamentária; análise e liberação dos processos de pagamentos; auxílio na elaboração do plano de ação e da proposta orçamentária; liberação de viagens; auditoria das prestações de contas das diárias pagas aos funcionários e colaboradores; análise e validação dos lançamentos contábeis e demonstrativos contábeis; acompanhamento e

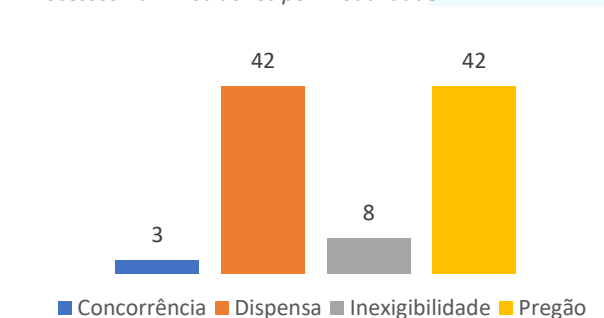
controle das ações do plano de redução da inadimplência; e orientações para implementação do controle de custos e redução dos gastos do conselho.

Soma-se a esse esforço a criação do Comitê Permanente de Controle Interno da Gestão 2018-2020, instituída pela Portaria Coren-BA nº 194/2018, alterada pela Portaria Coren-BA nº 333/2018, que tem o papel de acompanhar e auxiliar o trabalho da Controladoria Geral.

Resultados dos Controles Internos

Em 2018, em razão de investigações e de denúncias/representações, foram detectados indícios de irregularidades que ensejaram a instauração de 03 (três) processos de sindicância de cunho investigativo que resultaram na abertura de 01 (um) processo administrativo disciplinar, todos concluídos no exercício.

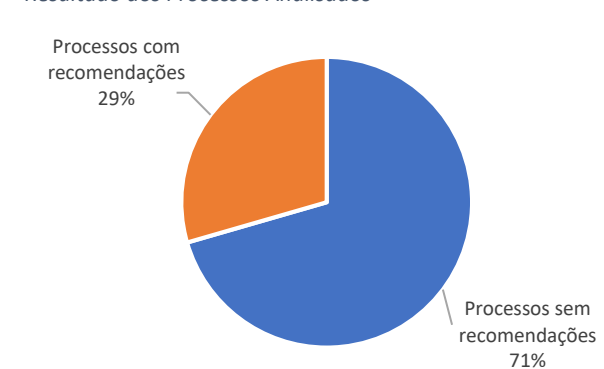
Processos Administrativos por Modalidade



Fonte: Controladoria Geral

No exercício foram submetidos à análise da Controladoria Geral 95 (noventa e cinco) Processos Administrativos de Contratações, sendo emitidas recomendações para 28 (vinte e oito) destes.

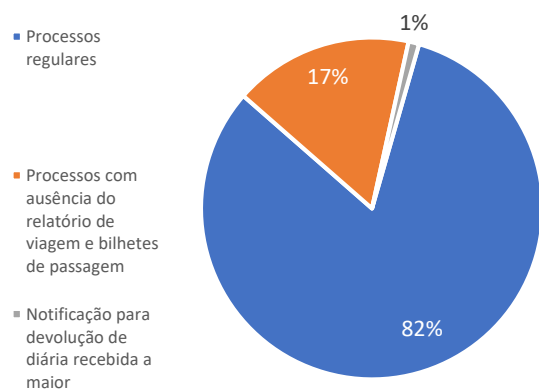
Resultado dos Processos Analisados



Fonte: Controladoria Geral

Em relação ao pagamento de diárias, todos os processos de concessão são encaminhados à Controladoria Geral para análise e liberação destes. São verificadas a pertinência da viagem, a duração e o cálculo da quantidade de diárias a serem pagas. Após a realização da viagem, as prestações de contas são encaminhadas para validação, conforme resumo a seguir.

Processos de Pagamentos de Diárias



Fonte: Controladoria Geral

Os processos de pagamentos são analisados previamente pela Controladoria Geral e na análise são verificadas as retenções tributárias, a existência de contrato e empenho prévio, e a efetiva realização do serviço ou aquisição do bem, através do controle do atesto nos documentos fiscais.

A Controladoria Geral analisa as folhas de pagamento mensal do Coren-BA antes do envio do arquivo eletrônico de pagamento, sendo realizado apontamentos sobre erros nas verbas salariais ou nos descontos legais.

Destaca-se a importância dessa análise prévia, pois reduz substancialmente a ocorrência de erros que possam ocasionar prejuízos ao erário do Conselho.

As demandas administrativas são encaminhadas aos setores que provocaram o requerimento, após anuência do Procurador Geral.

Resultados da Procuradoria Geral

À Procuradoria Geral (Proger) cabe assessorar a gestão do Conselho diante das divergências de entendimento frente aos princípios da administração pública federal e às instruções e provimentos do Conselho Federal, ingressar com Ações Cíveis Públicas na Justiça Federal e representações no Ministério Público e demais órgãos competentes, participar de audiências, participar de reuniões nas subseções do conselho, nas unidades de saúde e em demais órgãos públicos e privados, inscrever profissionais de enfermagem inadimplentes na dívida ativa, realizar o protesto das dívidas de

anuidades do Conselho Regional de profissionais de enfermagem inadimplentes, ingressar com Execuções Fiscais na Justiça Federal e qualificação do pessoal.

Todas as demandas da Proger são controladas internamente, com registro de recebimento de documentos e encaminhamento para análise e execução. As demandas administrativas são encaminhadas aos setores que provocaram o requerimento, após anuência do Procurador-Geral.

As demandas judiciais são controladas com publicações diárias no Diário Judicial Eletrônico, e cada advogado recebe por e-mail as publicações com processos cadastrados em seu nome e existe contrato com empresa especializada, “*In Verbis*”, que encaminha publicações em nome dos advogados e do próprio Conselho Regional de Enfermagem.

As demandas recebidas por Oficial de Justiça também são acompanhadas criteriosamente na unidade. Vale esclarecer que a Proger analisa cada publicação e realiza ato que julga necessário e que tenha menor risco para autarquia, a fim de evitar eventual condenação em verbas sucumbenciais.

Processos Trabalhistas

No ano de 2018 a carteira trabalhista da Procuradoria Geral atuou em 06 (seis) reclamações trabalhistas propostas por empregados que foram dispensados.

- Fase Execução (n.º Processo)
 - 0104900-16.2006.5.05.0016
 - 000177-30.2016.5.05.0004
- Fase Recursal (n.º Processo)
 - 0001230-32.2015.5.05.0020
 - 0001245-47.2015.5.05.0037
- Quitado (n.º Processo)
 - 0001175-17.2015.5.05.0009
- Fase Conhecimento (n.º Processo)
 - 0000454-95.2016.5.05.0020

Extrajudicialmente, a carteira trabalhista atua diariamente prestando orientações nas demandas da Presidência e do Setor de Gestão de Pessoas, bem assim respondendo as demandas emanadas pelos próprios funcionários através de consultas que importam em pareceres.

Mapa de Riscos

Os principais riscos vinculados às atividades do Coren-BA foram classificados como operacionais, de crédito e de conformidade. Os riscos operacionais são aqueles que decorrem da possibilidade da atividade precípua do conselho, a fiscalização do exercício profissional, não cumpra com o planejamento anual e os resultados não alcancem as metas estabelecidas.

Os riscos de crédito estão vinculados às ocorrências que possam impactar na execução do planejamento orçamentário aprovado para o exercício.

Estes podem estar vinculados à não possibilidade de cumprimento da arrecadação prevista, ou da realização, ou variação de valor, de despesas não previstas neste.

Os riscos de conformidade são referentes à vinculação das rotinas administrativas e financeiras aos normativos que regem a administração pública federal. Os principais riscos, e a vinculação aos objetivos estratégicos, e o plano de mitigação destes estão descritos a seguir:

Estratégia de Mitigação dos Riscos

Categoria	Objetivo Estratégico	Riscos	Mitigação
Operacionais atividades fins	OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão.	Ausência do Enfermeiro Responsável Técnico no momento da fiscalização (atestados médicos, férias, viagens, congressos, reuniões, inexistência).	Contatar a instituição antes da fiscalização.
		Demandas não previstas externas: denúncias, eventos, representações, auditorias SUS, solicitações da Procuradoria Jurídica, audiências. Demandas não previstas internas: não autorização de viagem e veículo.	Elaborar planejamento da fiscalização incluindo estas atividades extras no cronograma, conforme média histórica destas demandas.
		Grande extensão territorial: longos trajetos a percorrer para visitar as instituições planejadas, estradas em mau estado de conservação, localização das unidades em regiões perigosas e de difícil acesso, mudança de endereço da unidade.	Reorganização da estrutura das subseções, incluindo transporte próprio para a fiscalização, e redefinição do planejamento de viagens da fiscalização.
		Infraestrutura: Estrutura física e mobiliário de algumas subseções inadequados, equipamentos tecnológicos obsoletos ou inexistentes, veículos oficiais insuficientes.	Reforma na estrutura física, aquisição de mobiliários, equipamentos e veículos, e manutenção preventiva dos veículos e equipamentos.
		Taxa Alta de Absenteísmo (Licenças legais).	Realizar estudo com diagnóstico para conhecer os motivos principais destes afastamentos e intervir nas possíveis causas.

		Não utilização de sistema de informática para controle dos processos de fiscalização e Sistema de cadastro dos profissionais apresentando inconsistência de informações.	Atualização do parque tecnológico, incluindo os dados do Sistema Incorp, bem como a utilização do módulo de fiscalização deste.
Crédito	OE3. Aprimorar a infraestrutura física, administrativa e tecnológica do Conselho Regional.	Previsão inadequada da expectativa de arrecadação para o exercício fiscal.	Elaboração do orçamento com análise da média histórica da arrecadação, incluindo fatores externos que possam impactar nas receitas, como: retração na economia do país, diminuição nos números de inscritos, aumento dos profissionais remidos, entre outros.
		Alta taxa de inadimplência dos profissionais.	Intensificação das ações de cobrança, incluindo notificações administrativas e inscrições dos débitos na dívida ativa.
		Dificuldade na realização de ações de execução fiscal da dívida ativa, devido a não definição do prazo prescricional, devido a possibilidade desta execução somente ser realizada quando o débito for superior ao valor de quatro anuidades vigentes, conforme lei 12.514/2011.	Utilização de jurisprudência do STJ nos processos na 1ª instância; Controle maior para acompanhamento do saldo do débito do profissional até o mesmo atingir os valores permitidos pela Lei, para a execução fiscal.
Conformidade	OE5. Manter o alinhamento da gestão do Conselho Regional aos princípios da Administração Pública Federal e às instruções e provimentos do Conselho Federal.	Processos de contratações de fornecedores inadequados.	Elaboração de fluxo do processo de contratação; Emissão de parecer jurídico sobre a legalidade do processo; Conferência e emissão de checklist/parecer do setor de controladoria, atestando a conformidade da contratação, antes da finalização dos processos.
		Processos de pagamentos de despesas irregulares.	Análise da Controladoria sobre a documentação financeira, atestando a conformidade do pagamento.
	OE11. Promover medidas administrativas de lançamento e recuperação de créditos.	Contratação e desligamentos de pessoal, folha de pagamento mensal, incluindo encargos legais, e procedimentos na Unidade de Gestão de Pessoas, com irregularidades.	Análise da Controladoria e do Jurídico das demandas da Unidade de Gestão de Pessoas; Análise e conferência da folha de pagamento pela Controladoria.

Fonte: Controladoria Geral



Resultados da Gestão

O Conselho Federal de Enfermagem e os Conselhos Regionais são, conforme o artigo 2º da Lei Federal nº 5.905, de 12 de julho de 1973, “órgãos disciplinadores do exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de Enfermagem”.

Respeitada a hierarquia do sistema, cabe ao Coren-BA atuar no sentido de prover aos profissionais de enfermagem uma atuação mais segura e valorizada e à sociedade mais qualidade na prestação do serviço.

Desse modo, é por meio das atividades finalísticas que o Coren-BA gera valor, e a seguir são apresentados os principais resultados da gestão.

Inscrição, Registro e Cadastro

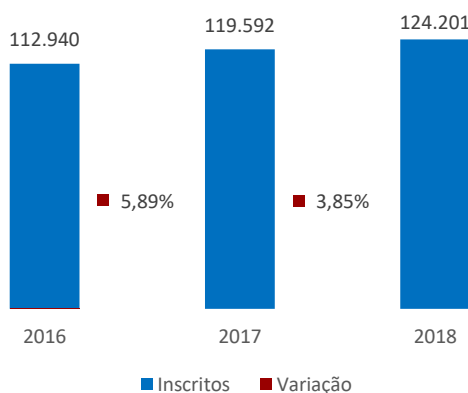
As atividades de inscrição, registro e cadastro agregam os principais serviços oferecidos aos profissionais de enfermagem e seguem as normas determinadas no Manual de Procedimentos Administrativos para registro e inscrição de profissionais, instituído pela Resolução Cofen nº 536/2017, alterada pelas Resoluções Cofen nº 549/2017, 560/2017 e 580/2018, como também as orientações da Resolução Cofen nº 581/2018, que dispõe sobre

os procedimentos para Registro de Títulos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu concedido a Enfermeiros e aprova a lista das especialidades.

Em 2018 a quantidade de profissionais ativos chegou a 124.201, sendo 13.880 auxiliares de enfermagem, 75.451 técnicos de enfermagem, 34.869 enfermeiros e 01 obstetritz.

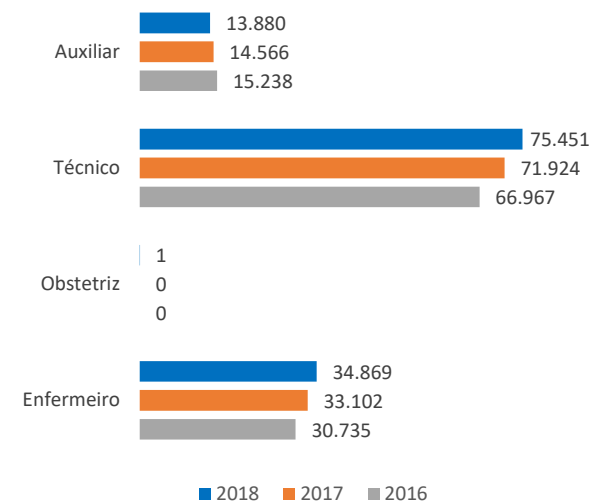
Houve um aumento de 4.609 profissionais, o que equivale a um crescimento de 3,85% em comparação ao ano de 2017 e de 9,97% ao ano de 2016.

Profissionais ativos



Fonte: Departamento de Inscrição, Registro e Cadastro

Profissionais ativos por categoria



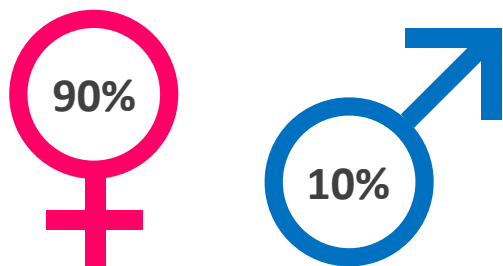
Fonte: Departamento de Inscrição, Registro e Cadastro

Vale ressaltar que esse aumento não corresponde apenas a novos inscritos, como podemos observar na categoria dos auxiliares de enfermagem que vem diminuindo anualmente, devido aos cancelamentos, tendo decrescido de 15.238 em 2016 para 13.880 ativos no final de 2018. Deve ser contabilizado no decorrer do ano, novos inscritos, cancelamentos de inscrição definitiva e suspensões, bem como as reinscrições e transferências.

Também se observa que dos inscritos 90% são mulheres e 10% homens, proporção que vem se mantendo no decorrer dos anos, confirmando

que a enfermagem é uma classe predominantemente feminina.

Perfil dos profissionais – por sexo

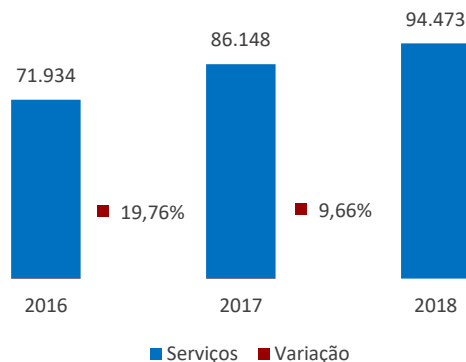


Fonte: Departamento de Inscrição, Registro e Cadastro

Fazendo análise dos serviços prestados em 2018, em comparativo com os dois anos imediatamente anteriores, percebe-se que a demanda por serviços continua crescente, mas em um ritmo menor, variando 19,76% de 2016 para 2017 e 9,66% de 2017 para 2018.

Observa-se que dos diversos serviços prestados ao profissional de enfermagem no momento do atendimento, apenas 04 (quatro) itens respondem por mais de 75% dos serviços - Emissão de carteira (Valid), Parcelamento (negociação), Emissão de Certidão de Irregularidade e Renovação de Cédula – enquanto que outros 29 (vinte e nove) serviços respondem pelo restante (24,38%).

Serviços prestados



Fonte: Departamento de Inscrição, Registro e Cadastro

Porém, já nos registros de especializações, houve um aumento de mais de 100%, que podemos relacionar as ações de fiscalização voltadas a obrigatoriedade do registro para divulgação do título de especialista e a gratuidade do serviço, previstos nos artigos 1º e 2º da Resolução Cofen nº 581/2018.

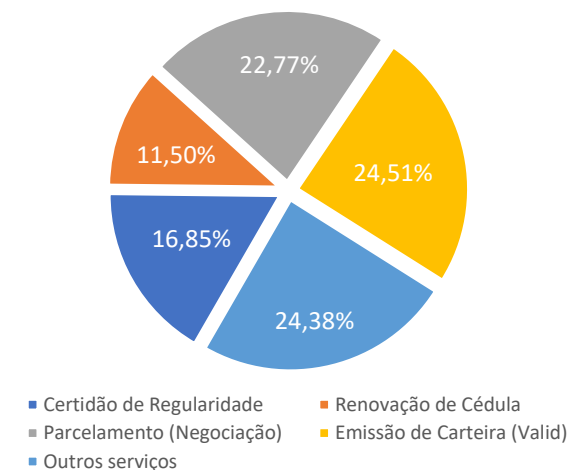
Observa-se também um grande aumento na quantidade de renovações de cédula, que podemos condicionar a obrigatoriedade do porte da cédula e a necessidade de estar com a mesma dentro da validade para que se possa exercer a profissão regularmente, conforme artigos 4º, 16º e 17º da Resolução Cofen nº 460/2014.

No ano de 2018 houve também a aprovação do parecer normativo Cofen nº 001/2018 que inclui

como irregularidade passível de auto de infração, e posteriormente processo ético, o exercício da Enfermagem com carteira de identidade profissional vencida.

Desta forma, com o aumento dos registros de especialização e das renovações, justifica-se o aumento na quantidade de carteiras emitidas.

Tipos de serviços



Fonte: Departamento de Inscrição, Registro e Cadastro

Outros serviços que vem aumentando o quantitativo de procura são de Inscrição Remida e Suspensão de Inscrição, visto que o Coren-BA vem fazendo divulgações desses serviços por trazerem benefícios aos profissionais.

A inscrição remida é uma láurea outorgada ao profissional de enfermagem que tenha contribuído regularmente com as suas obrigações financeiras com o Sistema Conselho Federal/Conselhos Regionais de Enfermagem, estando ativo no sistema há, no mínimo, 30 anos, sendo-lhe concedida a isenção do pagamento das anuidades. E a suspensão dá o direito ao profissional suspender a inscrição se não estiver exercendo a profissão, sem ônus, podendo retornar quando quiser sem gerar custo ao profissional.

Observa-se também que vem aumentando a quantidade de emissões das certidões de regularidade emitidas no decorrer dos anos. Esse aumento também se deu devido às ações do Conselho junto as instituições de saúde, que vêm cobrando a regularidade dos seus colaboradores, profissionais de enfermagem, para o exercício da profissão de forma ética e legal.

Referente as Certidões de Responsabilidade Técnica (CRT), observou-se um aumento de 16% de 2017 para 2018. Diante da obrigatoriedade de toda instituição, onde houver serviços de Enfermagem, apresentar um enfermeiro responsável técnico, conforme artigo 3º da Resolução Cofen nº 509/2016, esse dado vem crescendo anualmente, visto que passam a funcionar novas instituições e as que estão em funcionamento, por ação da fiscalização, passam a requerer a certidão, que tem validade de um ano e devem ser renovadas anualmente.

Observou-se ainda um aumento significativo de renovações (96%), visto que as instituições que já possuem certidão de responsabilidade técnica, vêm compreendendo a importância do papel da mesma e, afim de manter-se regulares, solicitando a renovação com maior frequência. Esse fato pode ser condicionado também as ações de aproximação do Conselho com os enfermeiros responsáveis técnicos.

O registro de empresa, por ser destinado apenas a empresas que prestam e/ou executam basicamente atividades na área de enfermagem, atividades essas que somente poderão ser desenvolvidas ou realizadas sob a efetiva e permanente direção de Enfermeiro, possui uma baixa demanda de registro, tendo apenas 49 (quarenta e nove) em todo estado. Das quais 41 (quarenta e um) encontram-se ativas, sendo 5 (cinco) registradas em 2017 e 16 (dezesseis) em 2018, o que corresponde a um crescimento de 39% e 220%, respectivamente, do valor total de registros.

Tivemos em 2017, de fato, a implantação do FilaH – Sistema Gerenciador de Filas e Senhas na unidade sede do Coren-BA, trazendo maior qualidade e melhor gerenciamento dos atendimentos prestados aos profissionais.

Principais serviços x Variação

Registro de especialização	Inscrição remida	Renovação de cédula	Inscrição definitiva	Certidão de regularidade	Emissão de carteira (Valid)	Suspensão temporária	CRT emitidas	Registro de empresa	Renovação de CRT
815	366	10.865	7.601	15.917	23.153	276	978	16	415
↑ 111%	↑ 78%	↑ 78%	↓ -13%	↑ 11%	↑ 13%	↑ 1115%	↑ 16%	↑ 220%	↑ 96%

Fonte: Departamento de Inscrição, Registro e Cadastro

Fiscalização do Exercício Profissional

A atividade de fiscalização é exercida, exclusivamente, por servidor enfermeiro fiscal ou por conselheiro. Em dezembro de 2018 a autarquia dispunha de 9 (nove) enfermeiros fiscais atuando em Salvador e outros 15 (quinze) no interior do estado.

O planejamento de fiscalização do ano foi desenvolvido de forma interativa e participativa, de maneira a envolver os enfermeiros fiscais no processo de elaboração.

Na elaboração foram considerados os critérios a seguir:

- Resultados alcançados e retornos oriundos das instituições fiscalizadas no ano de 2017;
- Necessidade de manter as fiscalizações das instituições por nível de complexidade;
- Inserir as instituições que não foram fiscalizadas há mais de dois anos;
- Realizar força tarefa em instituições por especialidade;
- Necessidade de averiguação das denúncias;
- Atender as demandas do jurídico e demais órgãos;
- Alinhamento com orçamento do departamento do referido ano.

Inserido dentre os critérios de planejamento, as fiscalizações foram realizadas por nível de complexidade das instituições.

Nível de Complexidade das Instituições

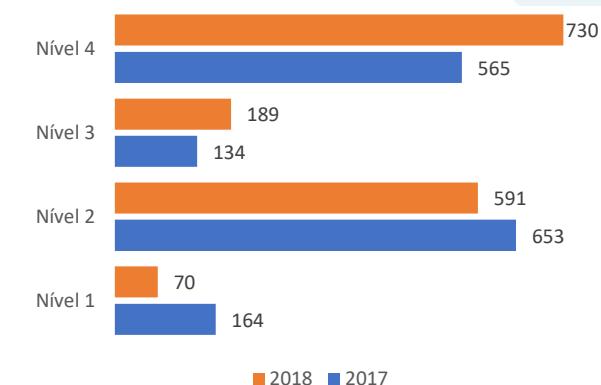
Nível	Conceito
1	Instituições que não possuem procedimentos de enfermagem. Realizam apenas trabalho burocrático. Exemplos: Distrito Sanitário, Cooperativas, SMS, SESAB, Central Médica de Regulação.
2	Instituições de saúde com atendimento básico e equipe de enfermagem prestando cuidados mínimos. Exemplos: Clínicas, Unidade de Saúde da Família, Clínicas de Imunização, laboratórios.
3	Instituições de saúde com atendimento especializado, equipe de enfermagem prestando cuidados mínimos e intermediários. Exemplos: Clínicas de cirurgia, ortopedia, imagem, CAPS, SAMU, Policlínica, UPAS, Prontos Atendimentos, Centra de Parto Natural
4	Instituições de atendimento de alta complexidade, equipe de enfermagem prestando cuidados mínimos, intermediários, semi-intensivos e intensivos. São hospitais divididos em Pequeno (4P até 50 leitos), Médio (4M de 51 a 150 leitos), Grande (4G 151 a 500 leitos) e Extra Porte (4EG Acima de 500 leitos).

Fonte: Departamento de Fiscalização

No ano de 2018 foram priorizadas as instituições de nível 4, contemplando hospitais de todos os portes, sobretudo na capital onde foram fiscalizados hospitais com mais de 500 leitos,

podendo abranger uma quantidade maior de profissionais de enfermagem.

Instituições Fiscalizadas por Nível de Complexidade



Fonte: Departamento de Fiscalização

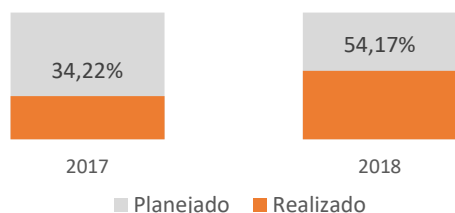
O gráfico acima apresenta o quantitativo de instituições fiscalizadas por nível, que em 2018 totalizou 1580 (um mil quinhentos e oitenta) instituições contra 1516 (um mil quinhentos e dezesseis) no ano anterior, mostrando ainda, como informado anteriormente, que foram priorizadas no exercício as instituições de nível 4, resultando em uma diferença positiva de 165 (cento e sessenta e cinco) instituições.

Na análise dos resultados das atividades de fiscalização foram utilizados os indicadores exigidos pela Resolução Cofen nº 598/2018 que "Aprova os Relatórios Trimestrais de Fiscalização e de Processos Éticos, e dá outras providências".

Na análise dos resultados das atividades de fiscalização foram utilizados os indicadores exigidos pela Resolução Cofen nº 598/2018 que “Aprova os Relatórios Trimestrais de Fiscalização e de Processos Éticos, e dá outras providências”.

Em 2018, o percentual de cumprimento do planejamento de fiscalização alcançou 54,17% contra 34,22% do ano anterior. O quantitativo de instituições planejadas em 2018 foi 20,7% menor do que no ano anterior, visto que na análise dos resultados de 2017 se evidenciou um superdimensionamento, onde o foco foi Atenção Básica, que possui, na sua maioria, instituições de difícil acesso, sobretudo no interior do estado, o que dificultou o cumprimento do planejamento.

Alcance da Fiscalização

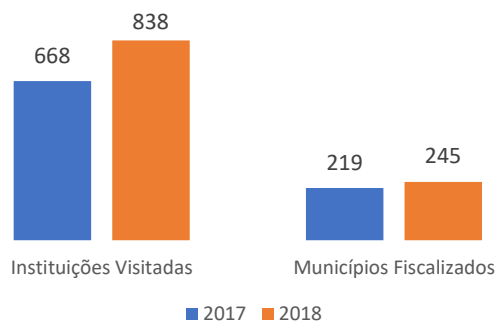


Fonte: Departamento de Fiscalização

Desta forma, para elaboração do planejamento de 2018 foram consideradas todas as dificuldades encontradas por focar a área da Atenção básica, portanto, foram inseridas instituições da média e

alta complexidade, tornando o planejamento mais factível de execução, concluindo assim, o ano de 2018 com cumprimento de 54,17% do planejado, tendo um aumento de 25,45% no número de instituições visitadas e de 11,87% de municípios fiscalizados.

Instituições e Municípios Fiscalizados



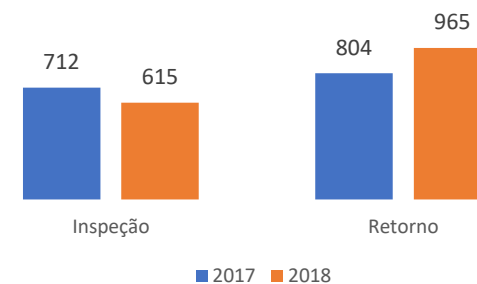
Fonte: Departamento de Fiscalização

As fiscalizações realizadas equivalem a inspeção e retorno, onde a inspeção é a primeira visita de fiscalização nas instituições, que se desdobra em visitas de retorno, ou seja, visitas subsequentes.

Embora tenha havido uma diminuição no número de inspeções em relação ao ano de 2017, houve aumento de 20% no número de retornos possibilitando dar prosseguimento aos processos abertos anteriormente, tendo no geral alcançado

um resultado positivo com um aumento de 4,2% do total de fiscalização realizadas.

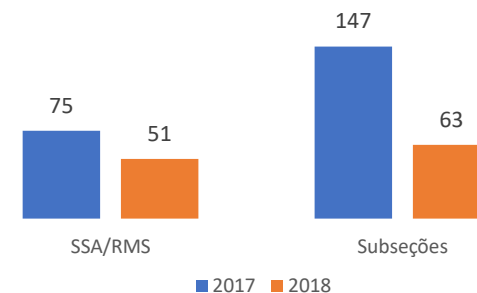
Fiscalizações por Tipo



Fonte: Departamento de Fiscalização

Em relação ao número de denúncias recebidas pelo Conselho, houve redução de 48,65% referente ao número do ano anterior, puxado principalmente pela diminuição do recebimento no interior.

Denúncias por Região



Fonte: Departamento de Fiscalização

Essa diminuição é fruto do trabalho que o conselho vem desenvolvendo com as instituições de saúde, sobretudo no que tange o combate ao subdimensionamento, objeto de denúncia mais frequente. Em 2018 houve um aumento de 165% no percentual de assessorias realizadas junto aos Responsáveis Técnicos das instituições.

Dentre os indicadores que não foram mensurados no ano de 2017, mas objeto de análise em 2018, o total de profissionais abrangidos com as ações da fiscalização alcançou 39.401 (trinta e nove mil quatrocentos e um), que equivale a aproximadamente 31% do total de inscritos.

Em 2018 houve um aumento de 7,64% dos processos de fiscalização autuados, o que

significa o número de Processos de Fiscalização (PAF's) abertos, que estão condicionados ao aumento das instituições visitadas. Contudo, esse número não é tão significativo devida maioria das instituições fiscalizadas já terem seus PAF's abertos oriundos de fiscalizações em anos anteriores.

Em relação aos autos de infração houve um aumento de 1600% comparado ao ano de 2017. Esse aumento se justifica em razão de que o auto de infração teve sua aplicabilidade de fato em janeiro de 2018, bem como o termo de diligência.

Os processos de fiscalização concluídos concernem nos processos arquivados por resolução total das notificações emitidas, onde houve um aumento de 65,71%, devido as ações

educativas junto aos enfermeiros Responsáveis Técnicos (RT's), fator que influenciou também na diminuição do número de notificações emitidas.

Dentre as irregularidades mais encontradas é a Inexistência ou Inadequação de documentos relacionados ao gerenciamento do processo de trabalho (escala de trabalho, regimento interno, normas e rotinas e procedimento operacional padrão), observado em maior número no interior do estado, devido a fragilidade de conhecimento dos profissionais, no que diz respeito a gerenciamento do serviço de enfermagem.

Processos de Fiscalização



Fonte: Departamento de Fiscalização

Outra irregularidade constatada é a inexistência, desatualização ou inadequação de cálculo de dimensionamento do pessoal de enfermagem, devido à dificuldade encontrada no entendimento da Resolução Cofen nº 543/2017. No intuito de minimizar essa questão, foi previsto para o ano de 2019 um programa de educação permanente com foco nessas questões.

Em relação à notificação referente Inexistência/Ausência de enfermeiro, onde são desenvolvidas as atividades de enfermagem, teve uma diminuição de 22,07% devido a atuação da fiscalização associado ao entendimento dos profissionais de que onde há serviço de enfermagem, que esteja inserido os técnicos e/ou auxiliar de enfermagem, é obrigatório a presença do profissional enfermeiro.

Vale ressaltar, que no ano de 2018, alcançamos um resultado exitoso com a contratação de 314 profissionais de enfermagem sem a necessidade de abertura de processo jurídico, decorrentes do subdimensionamento encontrado nas instituições fiscalizadas, assim como as notificações emitidas relativas à Inexistência/Ausência de enfermeiro.

Quadro de Irregularidades

Irregularidades	2017			2018			2018/2017			
	Sede	Subs	Total	Sede	Subs	Total	Sede	Subs	Total	%
Nº de notificações lavradas p/ inexist. Ou inadequação de documento (s) relacionado(s) ao gerenciamento dos processos de trabalho do serviço de enfermagem	-	-	-	290	1493	1783	290	1493	1783	-
Nº de notificações lavradas para inexistência ou inadequação dos registros relativos a assistência de enfermagem	-	-	-	125	584	709	125	584	709	-
Nº de notificações lavradas para inexistência de anotação de responsabilidade técnica do serviço de enfermagem	29	282	311	47	279	326	18	-3	15	4,82%
Nº de notificações lavradas para profissional (is) de enfermagem que não executa (m) o processo de enfermagem, contemplando as cinco etapas	34	412	446	48	342	390	14	-70	-56	-12,56%
Nº de notificações lavradas para exercício irregular da enfermagem	-	-	-	4	22	26	4	22	26	-
Nº de notificações lavradas para inexistência, desatualização ou inadequação de cálculo de dimensionamento de pessoal de enfermagem	28	118	146	65	228	293	37	110	147	100,68%
Nº de notificações lavradas para inexistência/ausência de enfermeiro onde são desenvolvidas as atividades de enfermagem	33	189	222	37	136	173	4	-53	-49	-22,07%
Nº de notificações lavradas para inexistência ou número insuficiente de enfermeiro em evento esportivo na proporção indicada por lei	-	-	-	-	2	2	-	2	2	-
Nº de notificações lavradas para inexistência de registro de empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de notificações lavradas para exercício ilegal de enfermagem	-	-	-	5	28	33	5	28	33	-
Nº de notificações lavradas para profissional de enfermagem exercendo atividade com impedimento em decorrência de processo ético transitado em julgado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Departamento de Fiscalização

Ações Cíveis Públicas

No que diz respeito às atividades desenvolvidas para a propositura de ações cíveis públicas, foram enviadas 68 notificações extrajudiciais para ajustes das irregularidades apontadas nos relatórios dos enfermeiros fiscais, sendo propostas 14 ações cíveis públicas.

Além da propositura das ações cíveis públicas, foram realizados 314 atos processuais, dentre os quais se encontram: 14 apelações; 10 contrarrazões; 39 petições de juntada de relatórios atualizados; 83 petições diversas; 10 réplicas; 10 solicitações de cópias; 29 petições de produção de provas; 02 alegações finais e; 22 petições requerendo a execução.

Outrossim, foram realizados deslocamentos para a realização de audiências judiciais na Capital e nas Comarcas do Interior.

Situação das Ações Cíveis Públicas em 31/12/2018

Processo	Réu	Localização	Instância	Situação
1000253-67.2018.4.01.3300	Centro de Medicina Humana S/C LTDA-ME	Seção judiciária de Salvador	Primeira	Arquivado definitivamente
1000033-57.2018.4.01.3304	Hospital da Chapada Empreendimentos Médico-Hospitalares LTDA	Subseção judiciária de Feira de Santana	Primeira	Decorrido o prazo do réu
0000139-42.2018.4.01.3302	Município de Itiúba	Subseção judiciária de Campo Formoso	Primeira	Petição oficial documento juntado
1000012-90.2018.4.01.3301	Santa Casa de Misericórdia de Valença	Subseção judiciária de Ilhéus	Primeira	Concluso para decisão
1000252-82.2018.4.01.3300	Instituição Lar Irmão José	Seção judiciária de Salvador	Primeira	Decorrido o prazo do réu
1000177-25.2018.4.01.3306	Município de Paulo Afonso	Subseção judiciária de Paulo Afonso	Primeira	Juntada de informação
0005019-47.2018.4.01.3312	Matos Mendonça Serviços Médicos LTDA	Subseção judiciária de Irecê	Primeira	Intimação/Notificação pela imprensa/Despacho
7930.20.18.401331-5	Município de Brotas de Macaúbas	Subseção judiciária de Bom Jesus da Lapa	Primeira	Ordenada a expedição de ofício
1000914-34.2018.4.01.3304	Clínica e Maternidade Santa Tereza	Subseção judiciária de Feira de Santana	Primeira	Proferido despacho de mero expediente
1000455-11.2018.4.01.3311	Município de Santa Cruz da Vitória	Subseção judiciária de Itabuna	Primeira	Expedição de comunicação via sistema
1000916-04.2018.4.01.3304	Município de Tapiramutá	Subseção judiciária de Feira de Santana	Primeira	Proferido despacho de mero expediente
1000256-22.2018.4.01.3300	Município de Salvador	Seção judiciária de Salvador	Primeira	Juntada de manifestação
1000010-81.2018.4.01.3314	Associação de Port. a maternidade e a Infância de Pojuca	Subseção judiciária de Alagoinhas	Segunda	Concluso para julgamento
0003773-16.2018.4.01.3312	Município de Andaraí	Subseção judiciária de Irecê	Primeira	Expedição de ofício ordenada

Fonte: Procuradoria Geral

Processo Ético

O Código de Processo Ético das Autarquias Profissionais de Enfermagem contém normas e procedimentos que devem ser aplicados na apuração e decisão dos processos éticos em todos os Conselhos de Enfermagem.

O sistema de apuração e decisão das infrações ético-disciplinares é constituído por órgão de admissibilidade, o Plenário do respectivo conselho, no âmbito de sua competência; por órgão de instrução que são as comissões criadas em cada Conselho para este fim; por órgão de julgamento em primeira instância composto pelo Plenário dos Conselhos Regionais de Enfermagem.

Assim, de acordo a Resolução Cofen nº 370/2010, o procedimento ético-disciplinar inicia-se de ofício (incluído o auto de infração) ou por denúncia de caráter irretroatável, apresentada por escrito ou verbal.

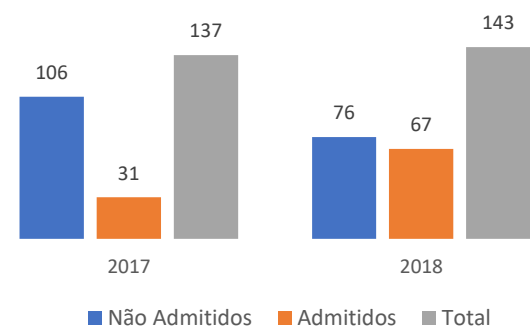
Ao receber a denúncia é determinada a juntada de certidão de situação cadastral, financeira e antecedentes éticos da denunciada e designa-se Conselheiro Relator para emissão de parecer fundamentado, esclarecendo se o fato tem indício de infração ético-disciplinar, bem como verifica se a denúncia preenche as condições de

admissibilidade, quais sejam: a denunciada ser profissional da enfermagem, identificação da denunciada, dos fatos decorrerem de infração ética ou disciplinar prevista no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (CEPE), haver elementos suficientes para instauração do PED (processo ético-disciplinar) e não estiver extinta a punibilidade pela prescrição.

Após este procedimento o parecer é submetido à deliberação do Plenário que deliberará como ato de instauração (admissibilidade) ou não admissibilidade. Uma vez o Plenário deliberando pela admissibilidade (instauração) do processo ético-disciplinar, cabe à Presidente do Conselho designar, por portaria, a Comissão de Instrução para a apuração dos fatos, encerrando-se a fase de admissibilidade.

Quanto às denúncias éticas, em 2018 foram protocoladas 94 em conformidade com os artigos 17, 21 e 22 da Resolução Cofen nº 370/2010; e 282 autos de infração, procedimento de ofício das agentes de fiscalização do Coren-BA, em conformidade com o artigo 18 da referida Resolução, com as Resoluções Cofen nº 374/2011 e 518/2016, e com o Parecer Normativo do Cofen nº 001/2018.

Processos de Admissibilidade Julgados



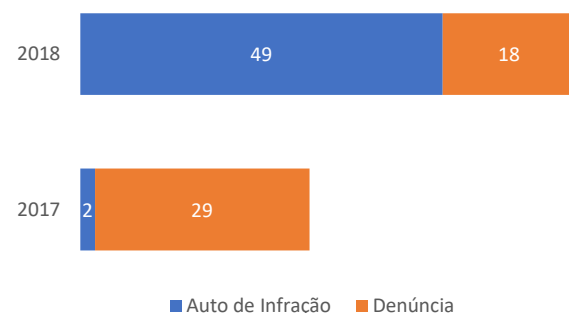
Fonte: Núcleo de Processo Ético

Nota-se pouca variação da quantidade de processos administrativos julgados pelo Plenário entre 2017 e 2018. Entretanto, no que diz respeito ao desfecho da admissibilidade, no ano de 2018 houve acréscimo de 116% na quantidade de processos ético-disciplinares admitidos pelo Plenário.

Tal variação deve-se, substancialmente, em razão do aumento da lavratura de autos de infração, uma vez que tal procedimento trata-se de constatação in loco por parte do agente de fiscalização do descumprimento por parte dos profissionais de enfermagem de normativas no Sistema Conselho Federal/Conselhos Regionais de Enfermagem, o que resulta em infração ao CEPE e, portanto, passível de admissão de processo ético-disciplinar.

Sublinha-se que o uso do auto de infração como instrumento de denúncia foi incentivado e orientado a partir do final de 2017 e consolidado em 2018.

Origem do Procedimento de Denúncia



Fonte: Núcleo de Processo Ético

Uma vez admitido o processo ético-disciplinar, a Comissão de Instrução pode ser constituída por até três membros de categoria igual ou superior ao da denunciada, obrigatoriamente composta por presidente e secretário, escolhidos entre as (os) inscritas (os) no Conselho de Enfermagem.

A Comissão de Instrução tem por finalidade organizar e instruir o processo e compete a este órgão ouvir as partes e as testemunhas, determinar outras pessoas que estejam envolvidas, colher todas as provas necessárias para o esclarecimento dos fatos, solicitar perícias, procedimentos ou diligências necessárias,

verificar antecedentes profissionais do denunciado, ultimar a instrução do PED, elaborar relatório conclusivo de seus trabalhos e encaminhá-lo a Presidente do Conselho.

Após notificação de instauração do PED pelo plenário, a presidente da Comissão de Instrução determina a apresentação da defesa prévia pela denunciada, podendo ser representada por advogado devidamente habilitado. Na defesa prévia a denunciada poderá alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e arrolar até três testemunhas.

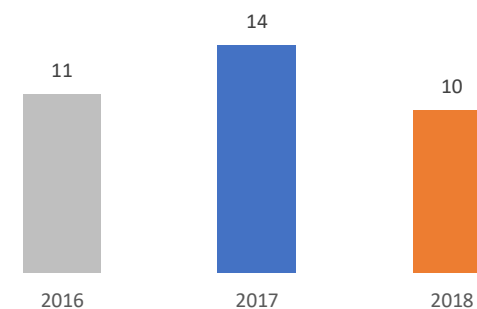
Ao receber a defesa prévia cabe a presidente da Comissão de Instrução deliberar data da audiência de instrução para oitivas dos envolvidos, ao encerrar este procedimento, tem-se a determinação por intimação das partes para apresentação das alegações finais, no prazo de dez (10) dias.

Encerrada a instrução processual, compete a Comissão de Instrução a elaboração de relatório, contendo a narrativa dos fatos apurados, os apontamentos das provas, testemunhas e materiais colhidos, emitindo conclusão fundamentada, caracterizando a infração ético-disciplinar, não podendo conter a indicação de penalidade a ser imposta. Após elaboração do relatório, este será entregue a Presidente do

Conselho que designará um Conselheiro Relator para emissão de parecer conclusivo para julgamento no Plenário.

No ano de 2018 foram julgados 10 processos éticos disciplinares, 4 a menos que no ano anterior e 1 a menos que em 2017.

Processos Ético-Disciplinares Julgados



Fonte: Núcleo de Processo Ético

É preciso considerar que no ano de 2018 houve renovação de mais de 82% dos membros do Plenário. A pouca familiaridade dos novos membros do Plenário com o procedimento ético-disciplinar, as novas funções assumidas, as mudanças de procedimentos de fluxos do processo administrativo no âmbito do Coren-BA podem, em parte, justificar o baixo número de julgamentos de processos ético-disciplinares, quando comparado com o ano de 2017.

Para melhorar esse número foram feitas, no ano de 2018, dois momentos de capacitação do Plenário na construção de pareceres e esclarecimentos sobre os fluxos de tramitação, sendo um deles com o responsável pelo Setor de Processos Éticos do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e sempre contando com o apoio da Procuradoria Geral do Coren-BA.

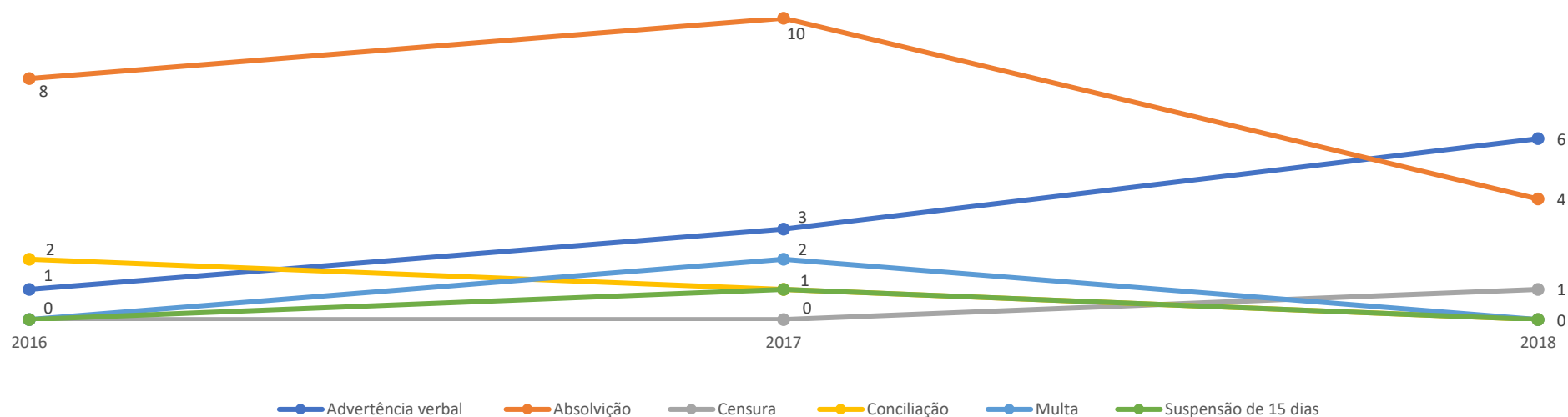
Quanto aos desfechos dos processos ético-disciplinares, nota-se proximidade do número de absolvições nos anos de 2016 e 2017.

No ano de 2018 a advertência verbal foi o desfecho mais frequente, seguido pela absolvição.

Cabe sublinhar que os desfechos registrados podem ter abrangido a mais de um profissional de enfermagem citado e, conseqüentemente, punido.

Registra-se que em nenhum dos anos analisados houve o pedido de cassação como possível punição para o(os) profissional(ais) processado(s).

Resultado dos Julgamentos dos Processos Etico-Disciplinares



Fonte: Núcleo de Processo Ético

Orientação Técnica

A orientação técnica é um valor entregue à sociedade resultante das atividades desenvolvidas pelas Câmaras Técnicas do Coren-BA e seus grupos de trabalhos, compostos por especialistas da área de enfermagem.

Através da realização de estudos, pareceres técnicos, reuniões e eventos, o conhecimento é disseminado e os profissionais e a sociedade são orientados acerca dos assuntos atinentes à enfermagem.

Eventos Organizados pelas Câmaras Técnicas

Evento	Vagas	Participantes	% Participação
Encontro com Enfermeiros RTs de Maternidades	50	29	58%
Comemorações do Outubro Rosa	50	52	104%
Colóquio sobre Código de Ética	50	50	100%
Reunião Técnica sobre Campanha de Vacinação	14	14	100%
Oficina sobre Inserção do Processo de Enfermagem na Grade Curricular	10	10	100%
Mesa Redonda sobre PICS – Normativas legais e empreendedorismo	50	40	80%
Reunião Ampliada sobre Saúde Mental – Residências Terapêuticas	10	9	90%
Seminário de Cuidados Paliativos	110	107	97%
Seminários em comemoração à Semana de Enfermagem na Bahia	1400	683	49%
Palestra em comemoração ao Novembro Azul	50	33	66%
Reunião Ampliada sobre Cuidados Paliativos	14	14	100%

Fonte: Câmaras Técnicas

Em 2018, foram promovidos pelas Câmaras Técnicas 11 eventos destinados aos profissionais de enfermagem, mas também abertos ao público em geral. Em geral, os temas são definidos baseado na avaliação de lacunas de conhecimento dos profissionais, por vezes identificadas pelas ações de fiscalização, ou por demandas específicas

Além dos eventos, as Câmaras Técnicas são responsáveis pelo atendimento às manifestações registradas na Ouvidoria da autarquia que ensejem na elaboração de pareceres técnicos, que ficam disponíveis no sítio eletrônico do Coren-BA (www.coren-ba.gov.br), em Legislação > Pareceres Técnicos.

Pareces Técnicos Elaborados



Fonte: Câmaras Técnicas

A redução do número de pareceres se deve à redução na quantidade de solicitações e, principalmente, no tratamento dado com uma resposta simplificada, dispensando a elaboração de parecer.



Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Declaração do Responsável

A Assessoria de Planejamento e Gestão (APG), responsável pelo planejamento estratégico e orçamentário do Coren-BA, é uma unidade recém-criada no Conselho, e desde o início de suas atividades, em fevereiro de 2018, tem atuado na qualificação dos processos de gestão, na implantação da sistemática de monitoramento do planejamento estratégico, na gestão de projetos estratégicos, além do acompanhamento da execução do orçamento.

Em 2018, um dos primeiros desafios da unidade foi a elaboração do Planejamento Estratégico e do Plano Plurianual 2019-2021, uma vez que o Conselho não tinha a obrigatoriedade de apresentar tais instrumentos, tendo essa exigência iniciada com a publicação da Resolução Cofen nº 503/2016, que determina a construção da ferramenta e apresentação ao Conselho Federal de Enfermagem até o dia 30 de junho do ano de posse da nova diretoria.

Por ser uma prática nova no Sistema Conselho Federal/Conselhos Regionais de Enfermagem, os processos de elaboração, implantação e monitoramento do planejamento estratégico, suas metas, indicadores e resultados, ainda carecem de definição acerca da sua condução. Também, extremamente necessário promover a disseminação do conhecimento sobre as práticas de gestão, em especial, a gestão por resultados.

O Planejamento Estratégico Participativo (PEP) do Coren-BA foi construído no primeiro semestre do exercício de 2018, no início da gestão 2018-2020, e a APG foi responsável pela sistematização das informações que subsidiaram a

construção deste documento, bem como a condução dos trabalhos prévios à sua elaboração. O caráter participativo do planejamento estratégico do Coren-BA foi adotado pela atual gestão para garantir maior envolvimento dos servidores da autarquia, fortalecendo a integração setorial e gerando maior unidade organizacional.

O desafio dos próximos anos é desenvolver ações que promovam a cultura da gestão por resultados na autarquia, instigando as diversas áreas do órgão a atuarem de forma mais integrada, orientadas para o alcance dos objetivos estratégicos e para a geração de valor à sociedade.



Robertson Fiori Costa, MBA, PMP®
Assessor de Planejamento e Gestão

Gestão Orçamentária e Financeira

Os gastos executados no exercício de 2019 foram no total de R\$ 21.603.864,33, sendo que 99,98% destes foram para custear despesas correntes, ou gastos com a manutenção da atividade do órgão, e apenas 0,02% foram investidos em despesas de capital, ou gastos com investimentos no patrimônio.

Esta diminuição no valor aplicado em investimentos comprados aos dois últimos exercícios, deve-se ao término da obra de reforma da nova sede do Coren-BA, esta encerrada no ano de 2017.

Evolução Anual da Despesa

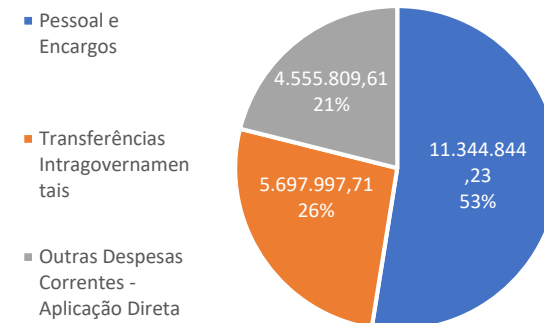
Descrição Da Despesa	2016	2017	Variação 17/16	(%)	2018	Variação 18/17	(%)
Despesa Realizada	19.185.680,21	22.034.429,53	-2.848.749,32	14,85%	21.603.864,33	-430.565,20	-1,95%
Despesa Corrente	17.659.713,07	20.536.970,67	2.877.257,60	16,29%	21.598.651,55	1.061.680,88	5,17%
Pessoal e Encargos	8.897.103,14	9.735.329,02	838.225,88	9,42%	11.344.844,23	1.609.515,21	16,53%
Transferências Intragovernamentais	4.555.741,27	5.491.572,79	935.831,52	20,54%	5.697.997,71	206.424,92	3,76%
Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	4.206.868,66	5.310.068,86	1.103.200,20	26,22%	4.555.809,61	-754.259,25	-14,20%
Despesa de Capital	1.525.967,14	1.497.458,86	-28.508,28	-1,87%	5.212,78	-1.492.246,08	-99,65%
Obras e Instalações	1.500.000,00	910.973,71	-589.026,29	-39,27%	0,00	-910.973,71	-100,00%
Equipamento e Material Permanente	25.967,14	586.485,15	560.518,01	2158,57%	5.212,78	-581.272,37	-99,11%

As despesas correntes apresentaram uma evolução de 5,17% em relação ao ano anterior, apresentando um crescimento inferior ao observado no ano de 2017 em relação a 2016 de 16,29%, principalmente pela redução dos gastos com despesas de manutenção da atividade, excluída os gastos com pessoal.

Das despesas correntes executadas no ano de 2018, os gastos com funcionários e os encargos da folha representaram 53%, ou seja, mais da metade dos gastos do conselho são para custear a folha de pagamento.

O repasse da cota parte ao Conselho Federal de Enfermagem – Cofen representou 26%, sendo que somente 21% do total dos gastos foram com as despesas de manutenção da operação do órgão, tais como energia, postagens de

Despesas Correntes



Fonte: Controladoria.

correspondência, passagens, combustível, manutenção predial, aluguel, contratos com terceiros, entre outros. Na tabela seguinte, detalhamos as principais despesas por grupo e elemento de despesa.

Detalhamento da Despesa por Grupo e Elemento de Despesa

Descrição Da Despesa	Orçado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo Orçamento	Saldo a Liquidar	Saldo a Pagar
Vencimentos E Vantagens - Pessoal Civil	11.695.051,04	11.344.844,23	11.344.844,23	10.967.577,55	350.206,81	-	377.266,68
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	7.762.134,30	7.614.292,41	7.614.292,41	7.614.292,41	147.841,89	-	-
Salários	5.520.090,88	5.490.265,87	5.490.265,87	5.490.265,87	29.825,01	-	-
Gratificação Por Exercício De Cargos E Funções	1.031.094,10	998.400,66	998.400,66	998.400,66	32.693,44	-	-
Outras Despesas Com Vencimentos E Vantagens	1.210.949,32	1.125.625,88	1.125.625,88	1.125.625,88	85.323,44	-	-
Obrigações Patronais	2.243.408,31	2.185.330,33	2.185.330,33	1.989.259,81	58.077,98	-	196.070,52
Fgts	557.642,45	525.808,11	525.808,11	465.107,08	31.834,34	-	60.701,03
Inss - Contribuições Previdenciárias	1.607.310,53	1.584.089,42	1.584.089,42	1.460.153,63	23.221,11	-	123.935,79
Pis/Pasep	78.455,33	75.432,80	75.432,80	63.999,10	3.022,53	-	11.433,70
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.274.448,43	1.207.914,16	1.207.914,16	1.207.914,16	66.534,27	-	-
Programa De Alimentação Ao Trabalhador - Pat	1.261.221,23	1.202.686,96	1.202.686,96	1.202.686,96	58.534,27	-	-
Outras Despesas Variáveis - Pessoal	13.227,20	5.227,20	5.227,20	5.227,20	8.000,00	-	-
Indenizações E Restituições Trabalhistas	415.060,00	337.307,33	337.307,33	156.111,17	77.752,67	-	181.196,16
Outras Despesas Correntes	11.570.598,96	10.253.807,32	10.252.766,32	9.779.771,97	1.316.791,64	1.041,00	472.994,35
Transferências Da Intragovernamentais	5.916.250,00	5.697.997,71	5.697.997,71	5.440.845,15	218.252,29	-	257.152,56
Transferência Para O Cofen - Cota-Parte (1/3)	5.916.250,00	5.697.997,71	5.697.997,71	5.440.845,15	218.252,29	-	257.152,56
Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	5.654.348,96	4.555.809,61	4.554.768,61	4.338.926,82	1.098.539,35	1.041,00	215.841,79
Diárias	522.862,40	430.320,00	430.320,00	428.895,00	92.542,40	-	1.425,00
Material De Consumo	252.627,47	169.017,71	169.017,71	158.152,16	83.609,76	-	10.865,55
Passagens E Despesas Com Locomoção	497.848,09	446.655,25	446.655,25	429.474,66	51.192,84	-	17.180,59
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	162.983,20	150.932,35	150.932,35	148.382,94	12.050,85	-	2.549,41
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	3.301.934,09	2.629.642,00	2.628.601,00	2.513.717,26	672.292,09	1.041,00	114.883,74
Serviços Terceirizados - Pessoas Jurídicas	640.472,14	619.147,07	619.147,07	566.933,21	21.325,07	-	52.213,86
Serviço De Segurança	298.789,92	298.789,92	298.789,92	273.890,76	-	-	24.899,16
Serviços Gerais De Limpeza E Higienização	100.077,14	97.853,63	97.853,63	90.349,31	2.223,51	-	7.504,32
Outros Serviços Terceirizados	241.605,08	222.503,52	222.503,52	202.693,14	19.101,56	-	19.810,38
Demais Serviços - Pessoas Jurídicas	2.661.461,95	2.010.494,93	2.009.453,93	1.946.784,05	650.967,02	1.041,00	62.669,88
Correspondência E Cobrança	572.400,00	409.303,80	409.303,80	409.303,80	163.096,20	-	-

Manutenção De Equip. Inform. Rede/Software	166.015,35	163.097,26	163.097,26	149.250,43	2.918,09	-	13.846,83
Despesas Bancárias - Com Cobrança	675.000,00	582.247,44	582.247,44	582.247,44	92.752,56	-	-
Outras Despesas Com Serviços De Terceiros PJ	1.248.046,60	855.846,43	854.805,43	805.982,38	392.200,17	1.041,00	48.823,05
Sentenças Judiciais	20.000,00	5.647,57	5.647,57	5.647,57	14.352,43	-	-
Despesas De Exercícios Anteriores	58.436,18	58.436,18	58.436,18	58.436,18	-	-	-
Indenizações E Restituições	837.657,53	665.158,55	665.158,55	596.221,05	172.498,98	-	68.937,50
Auxílio Representação Conselheiros	260.000,00	203.320,00	203.320,00	190.580,00	56.680,00	-	12.740,00
Auxílio Representação Colaboradores	155.535,00	124.080,00	124.080,00	112.320,00	31.455,00	-	11.760,00
Gratificação De Presença Em Plenário - Jeton	240.000,00	209.512,50	209.512,50	195.975,00	30.487,50	-	13.537,50
Despesas Diversas De Custeio	170.500,00	116.623,52	116.623,52	85.723,52	53.876,48	-	30.900,00
Outras Indenizações E Restituições	11.622,53	11.622,53	11.622,53	11.622,53	-	-	-
Investimentos	859.350,00	5.212,78	5.212,78	5.212,78	854.137,22	-	-
Investimentos - Aplicações Diretas	859.350,00	5.212,78	5.212,78	5.212,78	854.137,22	-	-
Equipamentos E Material Permanente	859.350,00	5.212,78	5.212,78	5.212,78	854.137,22	-	-
Total	24.125.000,00	21.603.864,33	21.602.823,33	20.752.562,30	2.521.135,67	1.041,00	850.261,03

Fonte: Controladoria Geral

Do total do orçamento aprovado de R\$ 24.125.000,00 para o ano de 2018, o Coren-BA executou o valor de R\$ 21.603.864,33, sendo que destes R\$ 850.261,03 foram inscritos em restos a pagar processados e R\$ 1.041,00 em restos a pagar não processados. A proposta orçamentária

do Coren-BA é elaborada através da definição de centro de custos que são definidos conforme o organograma da autarquia, e desmembrados em atividades, nas quais são alocados os recursos para custear o funcionamento normal destes setores conforme os objetivos estratégicos

vigentes, e em projetos, que são ações específicas com previsão de início e término, também vinculados a estes objetivos. A seguir demonstrativo com o orçado e o executado das despesas destes centros de custos.

Execução Orçamentária dos Projetos/Atividades

Centro de Custo	Orçamento	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo
01 - SEDE	19.885.907,19	17.617.532,75	17.616.491,75	16.891.570,39	2.268.374,44
01.01 - Assessoria de Comunicação	436.503,34	359.988,71	359.988,71	355.952,08	76.514,63
01.02 - Assessoria Jurídica	1.147.647,03	1.030.848,71	1.029.894,71	838.931,93	116.798,32
01.03 - Atendimento Sede	1.327.369,18	1.290.996,92	1.290.996,92	1.271.091,48	36.372,26
01.04 - Câmaras Técnicas	368.696,63	345.932,74	345.932,74	337.809,41	22.763,89
01.05 - Contabilidade Financeiro	7.514.622,51	7.109.023,26	7.109.023,26	6.835.484,28	405.599,25
01.06 - Controladoria Ouvidoria	371.324,26	367.504,80	367.504,80	360.876,03	3.819,46
01.07 - Fiscalização Administração	462.041,51	455.064,24	455.064,24	446.804,14	6.977,27
01.08 - Fiscalização Fiscais Sede	2.239.415,11	2.117.057,60	2.117.057,60	2.075.816,02	122.357,51
01.09 - Gestão de Pessoas	338.323,86	293.634,23	293.634,23	290.438,03	44.689,63
01.10 - Infraestrutura	2.705.890,45	2.289.054,46	2.288.967,46	2.189.338,60	416.835,99
01.11 - Licitação	261.851,13	237.969,47	237.969,47	233.725,16	23.881,66
01.12 - Plenária	1.030.609,44	898.069,08	898.069,08	860.165,62	132.540,36
01.13 - Tecnologia da Informação	1.295.785,59	457.339,06	457.339,06	443.928,66	838.446,53
01.14 - Tribunal Ético	385.827,15	365.049,47	365.049,47	351.208,95	20.777,68
02 - SUBSEÇÕES	4.072.230,98	3.886.533,82	3.886.533,82	3.792.094,15	185.697,16
02.01 - Atendimento Subseção Alagoinhas	78.486,18	75.183,64	75.183,64	72.836,39	3.302,54
02.02 - Fiscalização Subseção Alagoinhas	181.573,73	176.683,39	176.683,39	173.667,91	4.890,34
02.03 - Atendimento Subseção Barreiras	176.835,24	170.303,82	170.303,82	164.618,63	6.531,42
02.04 - Fiscalização Subseção Barreiras	180.652,59	173.295,79	173.295,79	168.976,73	7.356,80
02.05 - Atendimento Subseção Camaçari	514,02	344,95	344,95	344,95	169,07
02.07 - Atendimento Subseção Feira de Santana	156.087,13	150.152,11	150.152,11	144.955,96	5.935,02
02.08 - Fiscalização Subseção Feira de Santana	485.332,36	467.860,25	467.860,25	458.978,47	17.472,11
02.09 - Atendimento Subseção Guanambi	91.698,91	86.614,36	86.614,36	83.593,95	5.084,55
02.10 - Fiscalização Subseção Guanambi	157.705,02	148.065,78	148.065,78	145.267,97	9.639,24
02.11 - Atendimento Subseção Irecê	83.336,13	79.338,39	79.338,39	76.519,88	3.997,74
02.12 - Fiscalização Subseção Irecê	152.246,62	136.853,38	136.853,38	134.828,39	15.393,24
02.13 - Atendimento Subseção Itabuna	312.427,69	304.628,24	304.628,24	297.099,44	7.799,45
02.14 - Fiscalização Subseção Itabuna	253.329,64	235.657,30	235.657,30	230.187,16	17.672,34
02.15 - Atendimento Subseção Jequié	167.814,42	160.980,25	160.980,25	155.914,48	6.834,17
02.16 - Fiscalização Subseção Jequié	151.398,93	139.080,79	139.080,79	137.252,57	12.318,14
02.17 - Atendimento Subseção Juazeiro	161.849,42	155.770,15	155.770,15	151.509,31	6.079,27
02.18 - Fiscalização Subseção Juazeiro	187.375,44	177.666,47	177.666,47	173.652,19	9.708,97

02.19 - Atendimento Subseção Paulo Afonso	86.222,74	82.851,52	82.851,52	80.306,33	3.371,22
02.20 - Fiscalização Subseção Paulo Afonso	180.298,55	171.902,80	171.902,80	168.058,79	8.395,75
02.21 - Atendimento Subseção Teixeira de Freitas	87.279,27	82.937,29	82.937,29	80.702,93	4.341,98
02.22 - Fiscalização Subseção Teixeira de Freitas	188.576,41	174.765,54	174.765,54	170.674,61	13.810,87
02.23 - Atendimento Subseção Vitória da Conquista	172.578,55	167.531,89	167.531,89	163.429,32	5.046,66
02.24 - Fiscalização Subseção Vitória da Conquista	378.611,99	368.065,72	368.065,72	358.717,79	10.546,27
03 - PROJETOS	166.861,83	99.797,76	99.797,76	68.897,76	67.064,07
03.01 - PROJETOS ACESSORIA DE COMUNICAÇÃO	145.846,83	98.232,76	98.232,76	67.332,76	47.614,07
03.01.001 - Projeto Assessoria de Comunicação - Produção do Novo Site	6.250,00	0,00	0,00	0,00	6.250,00
03.01.002 - Projeto Assessoria de Comunicação - TV Coren	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
03.01.003 - Projeto Assessoria de Comunicação - Campanha Anual Valorização	12.500,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00
03.01.004 - Projeto Assessoria de Comunicação - Semana Brasileira de Enfermagem	73.923,05	61.675,65	61.675,65	61.675,65	12.247,40
03.01.005 - Projeto Assessoria de Comunicação - EBATE Encontro Técnicos	40.000,00	30.900,00	30.900,00	0,00	9.100,00
03.01.007 - Projeto Assessoria de Comunicação - Outubro Rosa/Novembro Azul	5.673,78	5.657,11	5.657,11	5.657,11	16,67
03.02 - PROJETOS CÂMARAS TÉCNICAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
03.02.001 - Projeto Câmaras Técnicas - Oficinas/Seminários/Cursos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
03.04 - PROJETOS FISCALIZAÇÃO ADMINISTRAÇÃO	11.015,00	1.565,00	1.565,00	1.565,00	9.450,00
03.04.003 - Projeto Fiscalização Administração - Seminário Interno de Fiscalização	9.450,00	0,00	0,00	0,00	9.450,00
03.04.005 - Projeto Fiscalização Administração - Visitas as Subseções	1.565,00	1.565,00	1.565,00	1.565,00	0,00
TOTAL	24.125.000,00	21.603.864,33	21.602.823,33	20.752.562,30	2.521.135,67

Fonte: Controladoria Geral

A arrecadação das receitas do Conselho é realizada, principalmente, pelo recebimento das anuidades dos profissionais de enfermagem registrados, pela cobrança de taxas pela contraprestação de serviços e pelos rendimentos dos valores aplicados em instituições financeiras e pelas multas e juros das anuidades recebidas em atraso. Deste valor arrecadado, 25% é repassado ao Cofen, através da cobrança

compartilhada. Nos últimos anos a arrecadação tem apresentado evolução, conforme tabela a seguir.

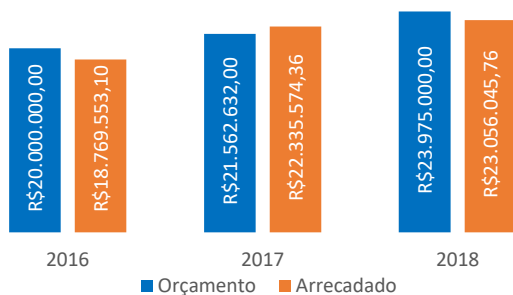
Evolução Anual da Arrecadação

Descrição Da Receita	2016	2017	Variação 17/16	(%)	2018	Variação 18/17	(%)
Receita Realizada	R\$ 18.769.553,10	R\$ 22.348.674,36	R\$ 3.579.121,26	19,07%	R\$ 23.056.045,76	R\$ 707.371,40	3,17%
Receita Corrente	R\$ 18.769.553,10	R\$ 22.335.574,36	R\$ 3.566.021,26	19,00%	R\$ 23.056.045,76	R\$ 720.471,40	3,23%
Receitas De Contribuições	R\$ 14.898.402,29	R\$ 17.535.228,67	R\$ 2.636.826,38	17,70%	R\$ 18.272.133,60	R\$ 736.904,93	4,20%
Receitas Patrimoniais	R\$ 532.212,20	R\$ 372.363,69	-R\$ 159.848,51	-30,03%	R\$ 260.108,13	-R\$ 112.255,56	-30,15%
Serviços Financeiros	R\$ -	R\$ 69.398,57	R\$ 69.398,57		R\$ 111.133,03	R\$ 41.734,46	60,14%
Serviços Administrativos	R\$ 1.595.649,04	R\$ 2.147.551,50	R\$ 551.902,46	34,59%	R\$ 1.667.648,95	-R\$ 479.902,55	-22,35%
Multas E Juros De Mora	R\$ 1.283.013,41	R\$ 1.607.173,98	R\$ 324.160,57	25,27%	R\$ 1.768.846,79	R\$ 161.672,81	10,06%
Multas De Outras Origens	R\$ 10.553,35	R\$ -	-R\$ 10.553,35	-100,00%	R\$ -	R\$ -	
Indenizações E Restituições	R\$ 749,44	R\$ 7.679,12	R\$ 6.929,68	924,65%	R\$ 23.380,98	R\$ 15.701,86	204,47%
Receita Da Dívida Ativa	R\$ 446.091,00	R\$ 581.810,14	R\$ 135.719,14	30,42%	R\$ 922.528,09	R\$ 340.717,95	58,56%
Receitas Diversas	R\$ 13.435,72	R\$ 14.368,69	R\$ 932,97	6,94%	R\$ 30.266,19	R\$ 15.897,50	110,64%
Receita De Capital	R\$ -	R\$ 13.100,00	R\$ 13.100,00		R\$ -	-R\$ 13.100,00	-100,00%
Alienação De Bens	R\$ -	R\$ 13.100,00	R\$ 13.100,00		R\$ -	-R\$ 13.100,00	-100,00%

Fonte: Controladoria Geral

As receitas arrecadadas no ano de 2018 foram no valor de R\$ 23.056.045,76, um crescimento de 3,23% em relação ao exercício anterior. Este crescimento foi originado pelo aumento na arrecadação de anuidades, do exercício ou em atraso, impactado seu resultado pela diminuição expressiva de 22,35% do valor arrecadado com taxas administrativas cobradas em serviços demandados pelos profissionais de enfermagem, e de 30,15% dos rendimentos recebidos com aplicação financeira.

Arrecadação x Orçamento



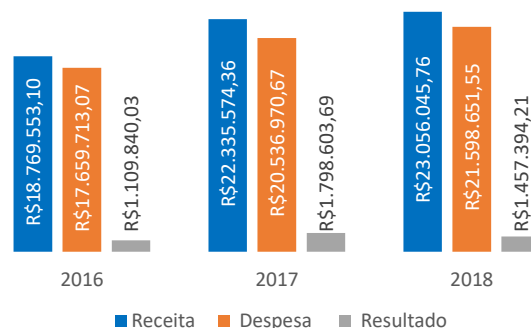
Fonte: Controladoria Geral

Esta retração na arrecadação de taxas administrativas é reflexo da redução da demanda por novas inscrições no conselho no ano de 2018.

Em relação ao previsto no orçamento, no valor de R\$ 23.975.000,00, a arrecadação no exercício de 2018 foi inferior em 3,83%. Logo, foi necessário

contingenciar R\$ 800.000,00 do orçamento devido a redução na expectativa da arrecadação das receitas.

Resultado Primário



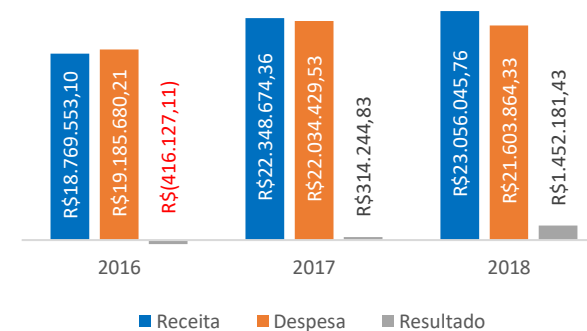
Fonte: Controladoria Geral

Em 2017 as receitas realizadas foram superiores ao previsto no orçamento em 3,58%, sendo que em 2016 estas foram inferiores em 6,15%.

Um fator relevante é que a atividade de fiscalização não pode aplicar multas nos processos administrativos instaurados, somente sendo permitido a aplicação de penalidade pecuniária através de processo ético contra o profissional, que pode ter nascido do processo de fiscalização. Nos últimos três anos, somente dois processos éticos resultaram na penalidade de multa, sendo que uma destas multas foi quitada pela profissional.

O resultado orçamentário do ano de 2018 foi um superávit de R\$ 1.452.181,43, representando 6,30% do total arrecadado. Este resultado apresentou um crescimento de 462,12% em relação a 2017 devido a redução dos gastos com investimentos e pela execução de somente 90,09% da despesa corrente prevista para o exercício.

Resultado Orçamentário

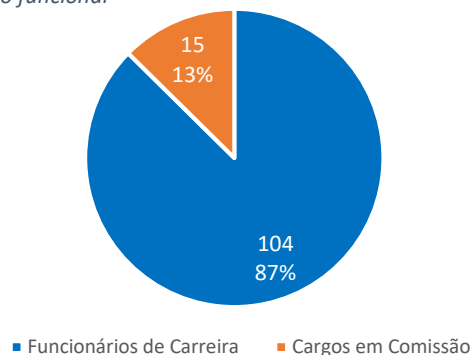


Fonte: Controladoria Geral

Gestão de Pessoas

O Coren-BA ao final do exercício de 2018 possuía um quadro funcional de 104 servidores efetivos e 15 assessores ocupantes de cargos comissionados.

Quadro funcional

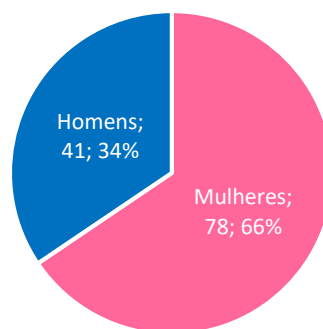


Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas

Devido a decisão judicial, em recurso no TRT da 5ª Região, 48 servidores efetivos estão com contratos regidos pelo RJU, Lei Federal nº 8.112/90 e, o restante, 71, incluindo os cargos comissionados, são regidos pela CLT. Analisando os últimos três anos, o quadro de pessoal apresentou um crescimento de 15%, passando de 104 empregados públicos em 2016 para 119 em 2018.

Destes 78 são mulheres e 41 homens, com faixa etária entre 25 e 73 anos.

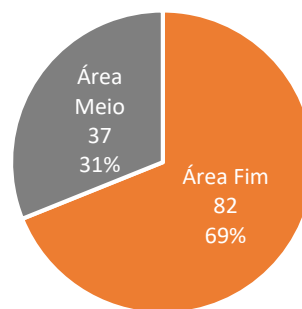
Servidores por Gênero



Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas

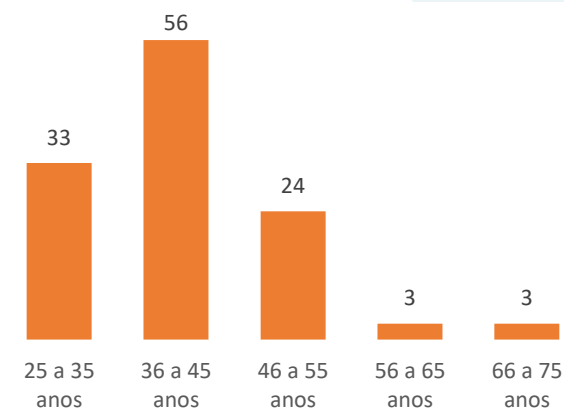
Do total de servidores, pouco mais dois terços estão alocados na área fim do conselho.

Alocação dos Servidores



Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas

Idade dos Servidores



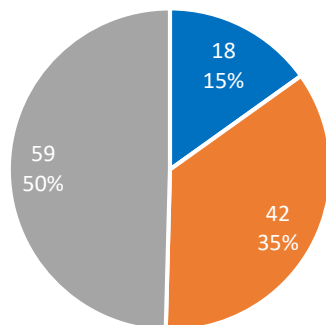
Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas

O recrutamento de pessoal se dá através de concurso público, realizado sob a necessidade da Autarquia.

A avaliação de desempenho, é feita anualmente, utilizando a meritocracia como parâmetro avaliativo. O avaliado, precisa alcançar índice satisfatório, para ter direito a progressão salarial. Além da avaliação de desempenho, é realizada a avaliação do estágio probatório, anualmente, obedecendo a data da admissão do servidor, sendo o responsável pela aplicação deste instrumento, o gestor imediato do avaliado.

Quanto ao tempo de serviço prestado, nota-se que a maior parte dos servidores se encontra na faixa de até 5 anos.

Tempo de Serviço



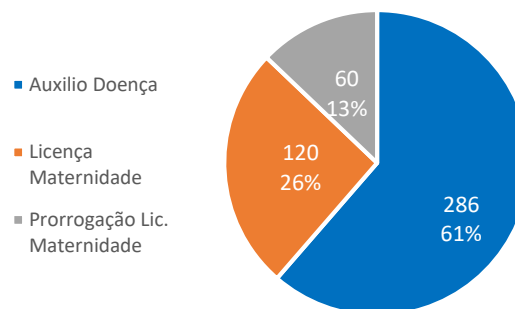
■ Mais que 20 anos ■ Mais que 10 anos ■ Até 5 anos

Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas

Na análise sobre as licenças dos servidores, observa-se que os afastamentos por motivo de doença têm grande impacto, o que aponta para a necessidade de adotar ações voltadas à qualidade de vida e saúde dos profissionais.

Atualmente estamos em fase de revisão do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS), readequando-o para a atual realidade da autarquia. Quanto aos membros do colegiado, eles não são remunerados, são cargos honoríficos, não havendo distribuição de resultados por período.

Afastamentos dos Servidores



Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas

As despesas de pessoal são, na sua totalidade, com funcionários da ativa, já que o órgão não possui regime próprio de previdência. O crescimento de 8,81% nos gastos com despesas de pessoal, no ano de 2018 em relação a 2017, é reflexo do aumento do quadro de servidores e do reajuste de 4,00% aplicado no acordo coletivo celebrado na data base no mês de maio/2018.

Gastos com Servidores

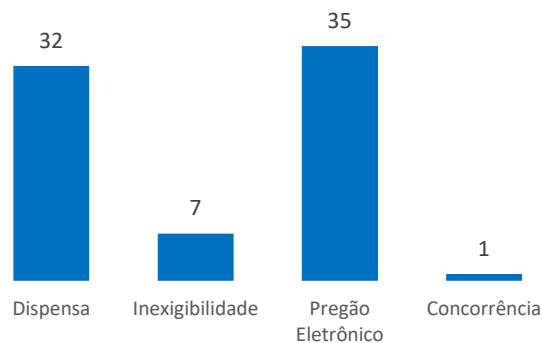
	Vencimento e Vantagens Fixas	Encargos Patronais	Benefícios	Indenizações Trabalhistas	Total
2018	7.614.292,41	2.185.330,33	1.207.914,16	337.307,33	11.344.844,23
2017	7.027.678,00	2.140.300,00	1.108.000,00	150.000,00	10.425.978,00
2016	6.384.687,35	1.881.850,00	959.900,00	211.443,31	9.437.880,66

Fonte: Controladoria

Gestão de Licitações e Contratos

O Coren-BA realiza as contratações por licitação através do sistema de Pregão Eletrônico do Banco do Brasil. No ano de 2018 foram realizados 75 novos processos de contratações, sendo que 35 foram através do Pregão Eletrônico e 1 processo de Concorrência Pública para a contratação da empresa de Publicidade.

Contratações por Modalidade



Fonte: Controladoria Geral

O detalhamento dos gastos por modalidade de contratação no ano de 2018 está a seguir. No tipo de modalidade outros, está incluso o valor de R\$ 5.697.997,71 referente ao repasse da cota parte da arrecadação ao Cofen.

Os principais contratos são com os correios, para serviços de postagem de correspondências oficiais; com terceirização de mão de obra de serviços de portaria, limpeza, recepção e telefonia; com empresa de publicidade e comunicação; e para a aquisição de passagens aéreas para a utilização por funcionários, colaboradores e conselheiros.

Modalidade de Contratação	2018	AV %
1. Modalidade de Licitação (a+b)	14.151.508,40	65,50
a) Concorrência	120.553,52	0,56%
b) Pregão	1.281.961,38	5,93%
c) Dispensa	628.824,83	2,91%
d) Inexigibilidade	292.915,83	1,36%
e) Suprimento de Fundos	6.682,81	0,03%
f) Pagamento em Folha	11.389.292,43	52,72%
g) Diárias	431.277,60	2,00%
4. Outros	7.452.355,93	34,50%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	21.603.864,33	100%

Item	Contrato	PA	Contratado	Objeto	Valor
1	9912292357	034/17	Correios	Postagens	R\$ 645.500,00
2	003/19	385/18	AGABM	Terceirização de porteiros	R\$ 267.550,00
3	022/18	23/2018	CDLJ Publicidade (Yayá)	Projetos de comunicação integrada	R\$ 250.000,00
4	031/17	044/17	Aerotur	Passagens aéreas	R\$ 225.000,00
5	020/2018	032/18	Premier Serviços	Terceirização de telefonia e limpeza da Sede	R\$ 206.999,52
6	027/16	056/15	Premier Serviços	Terceirização de Motoristas	R\$ 115.976,88
7	055/17	087/17	Incorp	Manutenção e Suporte Técnico do Sistema Incorpware	R\$ 109.497,97
8	024/17	014/17	Entel	Locação de impressoras	R\$ 80.643,00
9	031/2018	037/2018	WM Engenharia	Manutenção Predial Preventiva e Corretiva	R\$ 80.000,00

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada						Despesa paga					
	2018	AV %	2017	%	2016	%	2018	%	2017	%	2016	%
1.Modalidade de Licitação (a+b)	1.402.514,90	6,49%	3.364.706,81	15,27%	2.766.123,18	14,42%	1.285.669,71	6,20%	3.211.619,23	14,79%	2.119.874,82	11,65%
a) Concorrência	120.553,52	8,60%	1.132.654,32	33,66%	1.537.682,11	55,59%	120.553,52	9,38%	1.132.654,32	35,27%	963.863,78	45,47%
b) Pregão	1.281.961,38	91,40%	2.232.052,49	66,34%	1.228.441,07	44,41%	1.165.116,19	90,62%	2.078.964,91	64,73%	1.156.011,04	54,53%
2.Contratações Diretas (c+d+e)	928.423,47	4,30%	1.340.511,31	6,08%	1.310.324,82	6,83%	891.285,63	4,29%	1.269.032,68	5,84%	1.209.224,54	6,65%
c) Dispensa	628.824,83	67,73%	1.003.009,38	74,82%	820.901,00	62,65%	612.769,69	68,75%	955.185,32	75,27%	761.843,01	63,00%
d) Inexigibilidade	292.915,83	31,55%	332.526,72	24,81%	484.650,56	36,99%	271.833,13	30,50%	308.872,15	24,34%	442.608,27	36,60%
e) Suprimento de Fundos	6.682,81	0,72%	4.975,21	0,37%	4.773,26	0,36%	6.682,81	0,75%	4.975,21	0,39%	4.773,26	0,39%
3. Pagamento de Pessoal (f+g)	11.820.570,03	54,72%	10.511.965,99	47,71%	9.572.538,98	49,89%	11.622.058,79	56,00%	10.506.900,43	48,39%	9.406.318,08	51,70%
f) Pagamento em Folha	11.389.292,43	96,35%	10.048.190,99	95,59%	9.172.186,98	95,82%	11.192.206,19	96,30%	10.043.125,43	95,59%	9.005.966,08	95,74%
g) Diárias	431.277,60	3,65%	463.775,00	4,41%	400.352,00	4,18%	429.852,60	3,70%	463.775,00	4,41%	400.352,00	4,26%
4. Outros	7.452.355,93	34,50%	6.817.245,42	30,94%	5.536.693,23	28,86%	6.953.548,17	33,51%	6.725.164,81	30,97%	5.459.436,02	30,01%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	21.603.864,33	100,00%	22.034.429,53	100,00%	19.185.680,21	100,00%	20.752.562,30	100,00%	21.712.717,15	100,00%	18.194.853,46	100,00%
6. Total das Despesas da UPC	21.603.864,33	100,00%	22.034.429,53	100,00%	19.185.680,21	100,00%	20.752.562,30	100,00%	21.712.717,15	100,00%	18.194.853,46	100,00%

Fonte: Controladoria Geral

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

O exercício de 2018 foi um ano atípico na política de investimentos de capital, tanto em infraestrutura quanto em equipamentos, sendo gastos apenas R\$ 5.212,78 nas aquisições de aparelho de micro-ondas e de aparelhos telefônicos e na ampliação da capacidade da central telefônica da sede do Coren-BA. Após a inauguração da nova sede em 2017, e com a posse da nova diretoria em 2018, foi priorizado a realização de estudo sobre as necessidades de investimentos em equipamentos e infraestrutura, tanto na sede, como nas subseções. Estes investimentos terão início no ano de 2019, principalmente, na atualização do parque tecnológico.

O desfazimento do imóvel situado na Avenida Junqueira Ayres, em Salvador-BA, é a principal meta para o ano de 2019, sendo que em 2018 o Coren-BA não se desfez de nenhum bem do patrimônio.

A sede da autarquia está situada em imóvel próprio, sendo que as 11 subseções funcionam em imóveis locados, tendo sido gasto o valor de R\$ 129.270,67 no ano de 2018.

Em relação à locação de equipamentos, o Coren-BA adotou a política de locação das impressoras, tanto da sede como das subseções, com o dispêndio de R\$ 70.403,60 durante o exercício de 2018.

Nos próximos anos, os principais desafios são a ampliação da sede e reestruturação das subseções, podendo oferecer melhores condições de trabalho para os servidores e de atendimento para os profissionais de enfermagem. Porém, as restrições orçamentárias são fatores de riscos que podem inviabilizar todos os investimentos necessários.

Gestão da Tecnologia da Informação

Conformidade Legal

O Departamento de Tecnologia da Informação do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (COREN-BA) segue um conjunto de normas e diretrizes especificadas pelo Governo Federal e seus órgãos, tais como: TCU (Tribunal de Contas da União), CGU (Controladoria Geral da União), MPoG (Ministério do Planejamento), bem como, de padrões internacionais sobre serviços de TI, como o ITIL (Information Technology Infrastructure Library). Dos normativos externos

destaca-se a Instrução Normativa SLTI/MP nº 04, de 11 de setembro de 2014 que trouxe uma série de regras e procedimentos para as contratações e gestão dos contratos de TI.

Para o uso da metodologia ITIL, possuímos a ferramenta Gestão Livre do Parque de Informática (GLPI) que permite a implantação dos principais processos definidos na ITIL como, por exemplo, o controle de Ativos de TI, Requisições, Incidentes, Problemas, Configurações, definições de catálogo de serviços, bem como, a definição de métricas e indicadores de desempenho da área de TI. Com ele, podemos mensurar como andam as atividades do Departamento e os atendimentos/suporte que são fornecidos.

Modelo de governança de TI

Ainda não existe no COREN-BA um modelo de governança aplicado. Há, em curso, a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), através do contrato 001/2019, que irá servir de instrumento para diagnóstico e gestão dos recursos de TI. O mesmo contemplará um modelo de governança para direcionar e organizar os projetos e ações associados de forma direta ou indireta com a TI da Autarquia.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

Nº do contrato	Empresa contratada	Objeto do contrato	Valor contratual (R\$)
055/2017	Incorp Technology Informática LTDA	Manutenção, atualização e suporte tecnológico dos Softwares Aplicativo de Controle de Receitas de Anuidades e Taxas, Registro e Cadastro de Profissionais –	109.497,97
024/2017	ENTEL Comércio e representações LTDA	Locação de impressão corporativa	80.643,00
021/2017	Implanta Informática LTDA	Suporte técnico, manutenções corretivas e evolutivas das licenças de uso dos sistemas de gestão contábil, orçamentária e das despesas; gestão de patrimônio e gestão do almoxarifado	51.939,60

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

Cadeia de valor	Principais iniciativas na área de TI	Principais resultados
Departamento de Tecnologia da Informação	Implantação da URA telefônica	Tratamento das ligações, encaminhamentos mais objetivos, e diminuição da espera telefônica.
Departamento de Tecnologia da Informação	Substituição da ferramenta de e-mail	Aumento da capacidade de armazenamento de e-mails e modernização da ferramenta
Departamento de inscrição, registro e cadastro	Alteração do leiaute do sistema de senhas	Melhor visibilidade, para os profissionais, das senhas e mesas de atendimento

Segurança da informação

Forem implementadas novas regras no Firewall a fim de mitigar ataques externos e reduzir a incidência de vulnerabilidades.

Há de se ressaltar, entretanto, que há algumas dificuldades em relação à execução das tarefas de Segurança da Informação, entre as quais número insuficiente de servidores na TI, ausência de equipamentos modernos específicos para esse objetivo e insuficiência orçamentária.

Principais desafios e ações futuras

A maior dificuldade enfrentada pelo Coren-BA é o número insuficiente de servidores na área de tecnologia da informação, o que expõe o Conselho a alguns riscos, como atraso nas entregas de soluções (por múltiplas atividades atribuídas a um mesmo servidor), suporte limitado aos usuários das soluções de TI, alongamento do prazo na execução de projetos, sobrecarga de trabalho nos líderes de projetos (pelo fato de gerenciarem grande número de demandas), entre outros. Outra dificuldade é o orçamento deficitário da área de TI para atendimento às demandas cada vez mais crescente, o que culmina na adoção tardia de novas tecnologias.

Quanto a fraqueza, um ponto a se destacar é a crescente necessidade da atuação de servidores na gestão e fiscalização de contratos de TI, o que traz impactos no trabalho técnico inerente destes profissionais de TI.

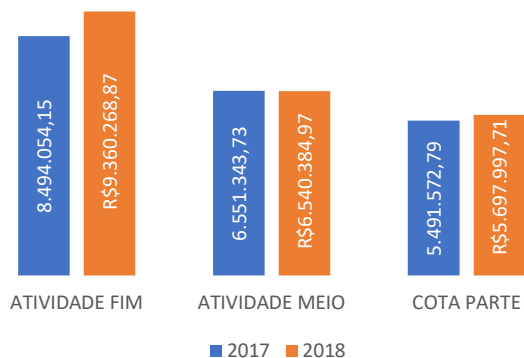
Para atender aos desafios e as fraquezas deveremos ter, como ação futura, a ampliação do quadro de funcionários da TI através de concurso público ou terceirização de atividades. Caso não seja possível, a fim de reduzir prazos, deverá haver priorização das demandas mais urgentes.

Gestão de Custos

Conforme o art. 50, § 3º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, a administração pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. O Coren-BA utiliza a metodologia da elaboração do orçamento por centro de custos desde o exercício de 2017.

Nestes são definidos as atividades e projetos vinculados às atividades fins, descritas na cadeia de valor, e das atividades de suporte, ou meio.

Gastos por Finalidade



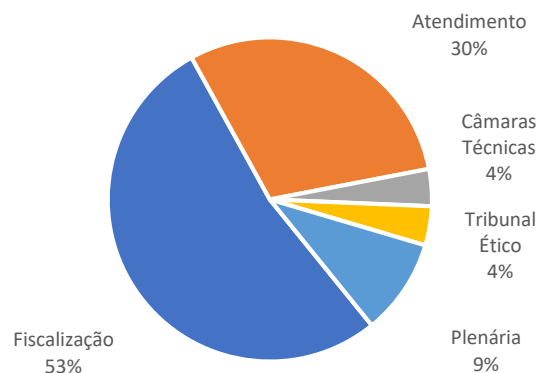
Fonte: Controladoria Geral

A distribuição dos gastos por finalidade no ano de 2018 esta apresentada no gráfico a seguir, sendo relevante os gastos com a atividade finalística.

Em relação aos gastos por finalidade no exercício de 2017, a maior evolução, 10,20%, foi em relação à atividade finalística, apresentando uma pequena redução nos valores gastos com a atividade meio.

Detalhando os gastos da atividade fim, a atividade de fiscalização apresenta a maior parte destes.

Gastos da Atividade Fim



Fonte: Controladoria Geral

Os principais desafios no sistema de apuração de custos da autarquia são as definições de parâmetros para uma melhor alocação dos gastos por centro de custos, quando uma mesma contratação atende a diferentes setores ou

ações. A partir desta distribuição justa dos custos, a adoção de metodologia para apurar o custo do serviço prestado no atendimento, ou do procedimento de fiscalização realizado, será o próximo desafio, para que a análise do gasto do recurso público possa ser realizada, sempre em busca da excelência na qualidade do gasto e no retorno em benefícios para a sociedade



Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador

As Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos da autarquia;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com a sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro da autarquia no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – são informações adicionais às Demonstrações Contábeis, com o objetivo de facilitar a compreensão destas a seus diversos usuários.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a seguir: a Lei Federal nº 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição.

Declaro, considerando os procedimentos contábeis adotados ao longo do exercício de 2018, que as informações constantes nas Demonstrações Contábeis, regidas pela a Lei Federal nº 4.320/64, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição, relativas ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Enfermagem do Estado da Bahia, tendo a prestação de contas sido analisada e aprovada pelo plenário na 563ª Reunião Ordinária do Plenário do Coren-BA, realizada em quatorze de março de dois mil e dezenove.



Luiz Alberto da Silva Araújo

Gerente do Departamento Financeiro-Contábil
CRC-BA 15.877/O-4

Balanço Patrimonial

Ativo	2018	2017
Ativo circulante	37.826.856,77	10.471.272,14
Caixa e equivalentes de caixa	4.100.642,72	1.951.420,64
Créditos a curto prazo	33.419.274,01	8.217.907,77
Créditos tributários e de contribuições a receber	46.802.862,06	39.848.241,00
Ajuste de perdas de créditos a curto prazo	-13.383.588,05	-31.630.333,23
Demais créditos e valores a curto prazo	234.393,63	240.510,54
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00
Estoques	72.546,41	61.433,19
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00
Ativo não-circulante	9.420.935,45	8.692.343,87
Ativo realizável a longo prazo	2.783.199,90	2.381.475,74
Créditos a longo prazo	2.739.948,06	2.372.163,74
Dívida ativa tributária	8.400.920,49	8.970.982,59
Ajuste de perdas de créditos a longo prazo	-5.660.972,43	-6.598.818,85
Demais créditos e valores a longo prazo	43.251,84	9.312,00
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	6.637.735,55	6.310.868,13
Bens móveis	1.815.283,56	1.807.832,41
Bens imóveis	5.934.237,21	5.934.237,21
Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	-1.111.785,22	-1.431.201,49
Intangível	73.627,50	73.627,50
Amortização acumulada	-73.627,50	-73.627,50
Total ativo	47.247.792,22	19.163.616,01
Ativo financeiro	4.100.642,72	1.951.420,64
Ativo permanente	43.147.149,50	17.212.195,37

Passivo	2018	2017
Passivo circulante	2.113.231,63	1.101.732,45
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo	1.000,00	1.871,96
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	850.261,03	145.414,55
Obrigações fiscais a curto prazo		
Obrigações de repartição a outros entes		
Provisões a curto prazo	1.047.120,35	879.058,16
Demais obrigações a curto prazo	214.850,25	75.387,78
Passivo não-circulante	0,00	0,00
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a longo prazo	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos a longo prazo	0,00	0,00
Fornecedores a longo prazo	0,00	0,00
Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Provisões a longo prazo	0,00	0,00
Demais obrigações a longo prazo	0,00	0,00
Resultado diferido	0,00	0,00
Total do passivo	2.113.231,63	1.101.732,45
Patrimônio líquido	2018	2017
Resultados acumulados	45.134.560,59	18.061.883,56
Total do patrimônio líquido	45.134.560,59	18.061.883,56
Total passivo + PL	47.247.792,22	19.163.616,01
Passivo financeiro	1.067.152,28	398.972,12
Passivo permanente	1.047.120,35	879.058,16
Saldo Patrimonial	45.133.519,59	17.885.585,73

Quadro do superávit/déficit financeiro	
Exercício atual	Exercício anterior
3.033.490,44	1.552.448,52

Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas	Saldo
Receita corrente	23.975.000,00	23.975.000,00	23.056.045,76	-918.954,24
Receitas de contribuições	19.381.000,00	19.381.000,00	18.272.133,60	-1.108.866,40
Receitas patrimoniais	310.000,00	310.000,00	260.108,13	-49.891,87
Receitas de serviços	2.235.500,00	2.235.500,00	1.778.781,98	-456.718,02
Outras receitas correntes	2.048.500,00	2.048.500,00	2.745.022,05	696.522,05
Receita de capital	0,00	750.000,00	0,00	-750.000,00
Superávit financeiro de exercícios anteriores	0,00	750.000,00	0,00	-750.000,00
Outras receitas	0,00	0,00	0,00	-750.000,00
Recursos arrecadados em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total das receitas	23.975.000,00	24.725.000,00	23.056.045,76	-1.668.954,24
Déficit	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	23.975.000,00	24.725.000,00	23.056.045,76	-1.668.954,24
Saldo de exercícios anteriores	0,00	750.000,00		750.000,00
Superávit financeiro de exercício anterior	0,00	750.000,00		750.000,00

Despesas Orçamentárias	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo dotação
Crédito disponível	23.975.000,00	24.725.000,00	21.603.864,33	21.602.823,33	20.752.562,30	3.121.135,67
Crédito disponível - despesas correntes	23.821.000,00	23.821.000,00	21.598.651,55	21.597.610,55	20.747.349,52	2.222.348,45
Pessoal e encargos sociais - aplicações diretas	11.751.469,62	12.005.051,04	11.344.844,23	11.344.844,23	10.967.577,55	660.206,81
Outras despesas correntes	12.069.530,38	11.815.948,96	10.253.807,32	10.252.766,32	9.779.771,97	1.562.141,64
Transferências da intragovernamentais	5.916.250,00	5.916.250,00	5.697.997,71	5.697.997,71	5.440.845,15	218.252,29
Outras despesas correntes - aplicações diretas	6.153.280,38	5.899.698,96	4.555.809,61	4.554.768,61	4.338.926,82	1.343.889,35
Crédito disponível - despesas de capital	154.000,00	904.000,00	5.212,78	5.212,78	5.212,78	898.787,22
Investimentos	154.000,00	904.000,00	5.212,78	5.212,78	5.212,78	898.787,22
Sub-total das despesas	23.975.000,00	24.725.000,00	21.603.864,33	21.602.823,33	20.752.562,30	3.121.135,67
Superávit	0,00	0,00	1.452.181,43	0,00	0,00	-1.452.181,43
Total	23.975.000,00	24.725.000,00	23.056.045,76	21.602.823,33	20.752.562,30	1.668.954,24

Restos a pagar não processados	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior				
Outras despesas correntes	0,00	170.738,33	147.745,50	147.745,50	22.992,83	0,00
Outras despesas correntes - aplicações diretas	0,00	170.738,33	147.745,50	147.745,50	22.992,83	0,00
Investimentos	0,00	5.559,50	2.238,37	2.238,37	3.321,13	0,00
Investimentos - aplicações diretas	0,00	5.559,50	2.238,37	2.238,37	3.321,13	0,00
Total	0,00	176.297,83	149.983,87	149.983,87	26.313,96	0,00

Restos a pagar processados e não processados liquidados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior			
Pessoal e encargos sociais	0,00	5.065,56	5.065,56	0,00	0,00
Pessoal e encargos sociais - aplicações diretas	0,00	5.065,56	5.065,56	0,00	0,00
Outras despesas correntes	0,00	137.121,11	136.235,59	885,52	-0,00
Transferências da intragovernamentais		82.240,67	82.240,67		0,00
Outras despesas correntes - aplicações diretas	0,00	54.880,44	53.994,92	885,52	0,00
Investimentos		3.227,88	3.227,88	0,00	0,00
Investimentos - aplicações diretas		3.227,88	3.227,88		0,00
Total	0,00	145.414,55	144.529,03	885,52	-0,00

Balanço Financeiro

Ingressos	2018	2017	Dispêndios	2018	2017
Receita orçamentária	23.056.045,76	22.348.674,36	Despesa orçamentária	21.603.864,33	22.034.429,53
Receita realizada	23.056.045,76	22.348.674,36	Credito empenhado a liquidar	1.041,00	176.297,83
Receita corrente	23.056.045,76	22.335.574,36	Credito empenhado liquidado	850.261,03	145.414,55
Receitas de contribuições	18.272.133,60	17.535.228,67	Crédito empenhado liquidado - pago	20.752.562,30	21.712.717,15
Contribuições das categorias profissionais e econômicas	18.272.133,60	17.535.228,67	Crédito empenhado liquidado - pago - despesas correntes	20.747.349,52	20.224.045,67
Receitas patrimoniais	260.108,13	372.363,69	Pessoal e encargos sociais - aplicações diretas	10.967.577,55	9.730.263,46
Receitas de serviços	1.778.781,98	2.216.950,07	Outras despesas correntes	9.779.771,97	10.493.782,21
Outras receitas correntes	2.745.022,05	2.211.031,93	Transferências da intragovernamentais	5.440.845,15	5.409.332,12
Multas e juros de mora	1.768.846,79	1.607.173,98	Outras despesas correntes - aplicações diretas	4.338.926,82	5.084.450,09
Indenizações e restituições	23.380,98	7.679,12	Crédito empenhado liquidado - pago - despesas de capital	5.212,78	1.488.671,48
Receita da dívida	922.528,09	581.810,14	Investimentos	5.212,78	1.488.671,48
Receitas diversas	30.266,19	14.368,69	Investimentos - aplicações diretas	5.212,78	1.488.671,48
Receita de capital	0,00	13.100,00	Equipamentos e materiais permanentes	5.212,78	577.697,77
Alienação de bens	0,00	13.100,00	Obras e instalações	0,00	910.973,71
Recebimentos extra orçamentários	7.608.623,82	28.322.411,09	Pagamentos extra orçamentários	6.911.583,17	29.059.559,31
Inscrição de restos a pagar não processado	1.041,00	176.297,83	Pagamentos de restos a pagar não processado	149.983,87	633.798,24
Inscrição de restos a pagar processado	850.261,03	145.414,55	Pagamentos de restos a pagar processado	144.529,03	350.818,79
Depósitos restituíveis e valores vinculados	1.873.018,28	1.850.639,34	Depósitos restituíveis e valores vinculados	1.730.175,45	1.966.868,59
Outros recebimentos extra orçamentários	4.884.303,51	26.150.059,37	Outros pagamentos extra orçamentários	4.886.894,82	26.108.073,69
Saldo em espécie exercício anterior	1.981.122,00	2.404.025,39	Saldo em espécie exercício para o exercício seguinte	4.130.344,08	1.981.122,00
Caixa e equivalente de caixa	1.951.420,64	2.310.547,19	Caixa e equivalente de caixa	4.100.642,72	1.951.420,64
Depósitos restituíveis e valores vinculados	29.701,36	93.478,20	Depósitos restituíveis e valores vinculados	29.701,36	29.701,36
Total	32.645.791,58	53.075.110,84	Total	32.645.791,58	53.075.110,84

Demonstrativo da Variação Patrimonial

Variação aumentativa	2018	2017
Variação patrimonial aumentativa	30.481.277,15	31.697.902,03
Contribuições	26.635.655,11	25.473.680,66
Contribuições de interesse das categorias profissionais	26.635.655,11	25.473.680,66
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	1.629.051,88	2.130.450,14
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	2.155.699,51	2.038.229,46
Juros e encargos de empréstimos concedidos	126.729,23	69.398,57
Juros e encargos de mora	1.768.846,79	1.603.583,93
Descontos financeiros obtidos	15,36	924,90
Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	260.108,13	364.322,06
Valorização e ganhos com ativos	0,00	8.802,00
Outras variações patrimoniais aumentativas	60.870,65	2.046.739,77
Total das variações ativas	30.481.277,15	31.697.902,03
Resultado patrimonial		
Déficit do exercício	0,00	0,00
Total	30.481.277,15	31.697.902,03

Variação diminutiva	2018	2017
Variação patrimonial diminutiva	25.880.432,50	28.184.428,99
Pessoal e encargos	11.541.573,02	9.953.006,46
Remuneração de pessoal	7.703.853,94	6.761.649,40
Encargos patronais	2.292.497,59	2.068.277,41
Benefícios a pessoal	1.207.914,16	1.069.842,02
Outras variações patrimoniais diminutivas - pessoal e encargos	337.307,33	53.237,63
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	4.345.306,73	4.484.832,42
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	5.647,57	11.540,14
Juros e encargos em sentenças judiciais	5.647,57	11.540,14
Transferências intragovernamentais	5.697.997,71	5.491.572,79
Desvalorização e perda de ativos	3.624.748,92	7.315.492,78
Outras variações patrimoniais diminutivas	665.158,55	927.984,40
Total das variações passivas	25.880.432,50	28.184.428,99
Resultado patrimonial		
Superávit do exercício	4.600.844,65	3.513.473,04
Total	30.481.277,15	31.697.902,03

Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa das atividades das operações	2018	2017
Ingressos		
Receita corrente	23.056.045,76	22.335.574,36
Receitas de contribuições	18.272.133,60	17.535.228,67
Contribuição das categorias profissionais e econômicas	18.272.133,60	17.535.228,67
Receitas patrimoniais	260.108,13	372.363,69
Receitas de serviços	1.778.781,98	2.216.950,07
Outras receitas correntes	2.745.022,05	2.211.031,93
Multas e juros de mora	1.768.846,79	1.607.173,98
Indenizações e restituições	23.380,98	7.679,12
Receita da dívida ativa	922.528,09	581.810,14
Receitas diversas	30.266,19	14.368,69
Outros ingressos	6.761.439,99	28.064.475,55
Desembolsos		
Crédito empenhado liquidado - pago - despesas correntes	20.747.349,52	20.224.045,67
Pessoal e encargos sociais - aplicações diretas	10.967.577,55	9.730.263,46
Outras despesas correntes	9.779.771,97	10.493.782,21
Transferências da intragovernamentais	5.440.845,15	5.409.332,12
Outras despesas correntes - aplicações diretas	4.338.926,82	5.084.450,09
Crédito empenhado liquidado - pago - despesas de capital	5.212,78	1.488.671,48
Investimentos	5.212,78	1.488.671,48
Equipamentos e material permanente	5.212,78	577.697,77
Obras e instalações	0,00	910.973,71
Outros desembolsos	6.915.701,37	29.059.559,31
Fluxo de caixa líquido das atividades das operações	2.154.434,86	1.116.444,93

Fluxo de caixa das atividades de investimento	2018	2017
Ingressos		
Alienação de bens	0,00	13.100,00
Desembolsos		
Investimentos	-5.212,78	1.488.671,42
Obras e instalações	0,00	910.973,71
Equipamentos e material permanente	-5.212,78	577.697,71
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	-5.212,78	-1.475.571,42

Fluxo de caixa das atividades de financiamento	2018	2017
Ingressos	0,00	0,00
Desembolsos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	0,00	0,00

Apuração do fluxo de caixa do período	0,00	0,00
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	2.149.222,08	-359.126,49
Caixa e equivalentes de caixa inicial	1.951.420,64	2.310.547,19
Caixa e equivalentes de caixa final	4.100.642,72	1.951.420,64

Nota Explicativa

Contexto Operacional

O Conselho Regional de Enfermagem é uma Autarquia Federal, criada pela Lei Federal nº 5.905, de 12 de julho de 1973, publicada no Diário Oficial da União em 13 de julho de 1973. Dotada de personalidade jurídica de direito público e forma federativa, com autonomia administrativa e financeira, tendo por finalidade, na área de sua jurisdição e nos limites de sua competência, a habilitação, regulação e fiscalização do exercício profissional e serviços de enfermagem, visando à proteção da sociedade.

A sua missão é promover o exercício ético e legal da Enfermagem na Bahia, ao habilitar, regular, orientar e fiscalizar atuação profissional e institucional, visando à prestação de uma assistência segura e qualificada à sociedade e a valorização desses profissionais.

Principais Diretrizes Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), e Notas Explicativas (NE).

Apresentação das Demonstrações Contábeis

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia, representando, portanto, uma posição estática.

As disponibilidades, apresentada em caixa e equivalente de caixa correspondem aos recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato. São os saldos bancários, conta de movimentação, arrecadação e aplicações financeiras.

O saldo de R\$ 4.100.642,72 está representado da seguinte forma:

Caixa e Equivalentes de Caixa	2018	2017
Banco do Brasil conta Movimento	4.983,00	792,20
Banco do Brasil conta Arrecadação	269.607,16	168.311,12
Aplicações Financeiras	3.826.052,56	1.782.317,32
Total	4.100.642,72	1.951.420,64

Os créditos a curto prazo correspondem a créditos tributários e de contribuições a receber, anuidades pessoas físicas e jurídicas e cartão de crédito, deduzido dos ajustes de perdas de créditos.

Ajustes de Perdas de Créditos Tributários e de Contribuições Pessoa Física e Jurídica correspondem ao reconhecimento dos riscos de recebimentos de dívidas com a constituição de provisões para perdas de créditos, com base em estimativas pelos prováveis valores de realização.

As receitas decorrentes das anuidades geradas do exercício de 2018 foram reconhecidas obedecendo ao princípio da competência, independentemente do recebimento, no Ativo Circulante. As provisões para perdas com devedores duvidosos foram contabilizadas ao final do exercício.

O Regional mudou o critério de cálculo da provisão de perdas com devedores duvidosos, aplicando os procedimentos descritos no Pronunciamento 085/2012, do Conselho Federal de Contabilidade, cuja metodologia de cálculo tem por base uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios anteriores, do qual se inferirá o percentual de inadimplência, a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber. O Regional efetuou o cálculo da média percentual de recebimento ao longo dos seis últimos exercícios (2012 a 2017).

Com a mudança nos critérios de cálculo da Provisão de Perdas com Devedores Duvidosos, onde foi aplicado os procedimentos descritos no Pronunciamento n.º 85/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, ocorreu um aumento expressivo do valor do ativo circulante, com a reversão da provisão, em R\$ 21.871.494,10.

Atendendo ao Ofício Cofen nº 0135/2018, PAD Cofen nº 0758/2018, o parecer ASSLEGIS nº 048/2018, o parecer PROGER nº 334/2018, o Regional efetuou baixa de créditos tributários não parcelados prescritos até 2011.

Com o objetivo de reduzir a inadimplência, O Regional criou a Unidade de Recuperação de Crédito, que terá dentre outras atribuições, o

acompanhamento da dívida, recobranças e notificações administrativas a profissionais com débitos.

Além do programa de recuperação de crédito expedido pelo Cofen, O Regional expediu notificações administrativa a profissionais com débito a partir de 2013. A composição dos créditos a curto prazo é a seguinte:

Créditos a Curto Prazo	2018	2017
Créditos Tributários e de Contribuições a Receber	46.802.862,06	39.848.241,00
Ajustes de Perdas de Créditos Tributários e de Contribuições	13.383.588,05	31.630.333,23
Total	33.419.274,01	8.217.907,77

Demais créditos estão compostos por adiantamentos concedidos a pessoal, tributos a recuperar e a compensar, créditos por dano ao patrimônio, depósitos restituíveis e valores vinculados e outros créditos a receber.

O saldo de R\$ 234.393,63 está representado da seguinte forma:

Demais Créditos	Valor (R\$)
Adiantamentos concedidos a pessoal	196.910,10
Tributos a recuperar/compensar	3.291,53
Créditos por dano ao patrimônio	11.834,05
Outros créditos a receber	22.357,95
Total	234.393,63

O estoque está demonstrado ao custo de aquisição e corresponde a materiais de consumo da Instituição, sendo as saídas do almoxarifado mensuradas e avaliadas pelo custo médio ponderado.

Os Créditos a Longo Prazo compreendem as anuidades de profissionais, inscritas em dívidas ativas no período de 2001 a 2018

Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo compreendem perdas estimadas com o não recebimento, por inadimplência, dos créditos de longo prazo.

O Regional mudou a metodologia de cálculo, onde foi aplicado os procedimentos descritos no Pronunciamento 085/2012, do Conselho Federal de Contabilidade, cuja metodologia de cálculo tem por base uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios anteriores, do qual se inferirá o percentual de inadimplência, a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber. O Regional efetuou o cálculo da média percentual de recebimento ao longo dos exercícios de 2001 a 2017.

Em função da mudança nos critérios de cálculo da Provisão de Perdas com Devedores Duvidosos, onde foi aplicado os procedimentos descritos no Pronunciamento n.º 85/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, foi contabilizada uma reversão da provisão perdas com devedores duvidosos, no valor de R\$ 941.250,28.

O valor da dívida ativa está mensurado pelo valor principal atualizado com multas e juros.

Atendendo ao Ofício Cofen nº 0135/2018, PAD Cofen nº 0758/2018, o parecer ASSLEGIS nº 048/2018, o parecer PROGER nº 334/2018, O Regional efetuou baixa de créditos tributários inscritos em dívida ativa em fase administrativa até 2011.

O grupo Ativo Não Circulante apresentou um acréscimo de 8,38% em relação ao exercício encerrado em 31/12/2017, em função de aquisições de bens móveis no montante de R\$ 7.451,15, o que corresponde a um aumento de 0,40% no subgrupo Bens Móveis; do acréscimo dos créditos a longo prazo no valor de R\$ 367.784,32, referente a mudança nos critérios de cálculo da Provisão para Perdas de Devedores Duvidosos sobre os valores inscritos em dívida ativa; do reconhecimento no grupo de Demais Créditos do valor de R\$

33.939,84 depositados em conta judicial de queixas trabalhistas; e no ajuste dos cálculos da depreciação e amortização acumulada no período, com redução do valor de R\$ 319.416,27, contabilizados anteriormente. Nesse período a depreciação passou a ser realizada pelo sistema de controle patrimonial – SISPAT.

Ativo	2018	2017	Diferença	%
Ativo não circulante	9.420.935,45	8.692.343,87	728.591,58	8,38
Demais créditos	43.251,84	9.312,00	33.939,84	15,50
Bens móveis	1.888.911,06	1.881.459,91	7.451,15	0,40
Bens imóveis	5.934.237,21	5.934.237,21	0,00	0,00
Depreciação/amortização	1.185.412,72	1.504.828,99	319.416,27	21,23

Os Créditos a Longo Prazo compreendem as anuidades de profissionais, inscritas em dívidas ativas no período de 2001 a 2018

Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo compreendem perdas estimadas com o não recebimento, por inadimplência, dos créditos de longo prazo.

O Regional mudou a metodologia de cálculo, onde foi aplicado os procedimentos descritos no Pronunciamento 085/2012, do Conselho Federal de Contabilidade, cuja metodologia de cálculo tem por base uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios anteriores, do qual se inferirá o percentual de inadimplência, a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber. O Regional efetuou o cálculo da média percentual de recebimento ao longo dos exercícios de 2001 a 2017.

Em função da mudança nos critérios de cálculo da Provisão de Perdas com Devedores Duvidosos, onde foi aplicado os procedimentos descritos no Pronunciamento n.º 85/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, foi contabilizada uma reversão da provisão perdas com devedores duvidosos, no valor de R\$ 941.250,28.

O valor da dívida ativa está mensurado pelo valor principal atualizado com multas e juros.

Atendendo ao Ofício Cofen nº 0135/2018, PAD Cofen nº 0758/2018, o parecer ASSLEGIS nº 048/2018, o parecer PROGER nº 334/2018, O Regional efetuou baixa de créditos tributários inscritos em dívida ativa em fase administrativa até 2011.

Os bens móveis estão mensurados ao custo de aquisição.

Na estimativa de vida útil econômica dos bens, foram considerados a capacidade de geração de benefícios futuros, os desgastes físicos dos bens e a obsolescência tecnológica.

Compõe os bens imóveis do Coren-Ba uma casa e um prédio localizado à Rua General Labatut e uma casa localizada à Rua Junqueira Ayres, Bairro dos Barris.

O Intangível está mensurado pelo custo de aquisição, corresponde licenças de uso de sistemas e softwares e está totalmente amortizado.

A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Bens móveis	2018	2017
Aparelho de cine, foto e som	42.762,00	42.762,00
Biblioteca	4.005,55	1.767,18
Equipamentos de informática	480.343,67	480.343,67
Máquinas e equipamentos	166.381,45	161.920,85
Mobiliário em geral	681.850,21	681.098,03
Veículos	340.090,00	340.090,00
Bens inservíveis	99.850,68	99.850,68
Total	1.815.283,56	1.807.832,41

Bens imóveis	2018	2017
Casa sito à rua Junqueira Ayres, Barris	421.173,21	421.173,21
Casa sito à rua General Labatut, Barris	759.714,34	759.714,34
Prédio sito à rua General Labatut, Barris	4.753.349,66	4.753.349,66
Total	5.934.237,21	5.934.237,21

Depreciação acumulada	2018	2017
Bens móveis	813.128,80	705.694,01
Bens imóveis	298.656,42	725.507,48
Total	1.111.785,22	1.431.201,49

A Instituição efetuou os cálculos das depreciações e amortização utilizando o método das quotas constantes, aplicando as seguintes taxas:

Item	Taxa
Mobiliário em Geral	10%
Equipamentos de Informática	20%
Veículos	20%
Máquinas e Aparelhos	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10%
Biblioteca	10%
Casas e Edifícios	4%
Softwares e Licenças	20%

As obrigações são mensuradas pelo valor original, e as provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimentos.

Fornecedores e contas a pagar de curto prazo representam os Restos a Pagar Processados, que registram as despesas empenhadas e liquidadas a serem pagas no exercício seguinte. Sua escrituração obedeceu às normas da Lei Federal nº 4.320/65.

Compõe os restos a pagar as obrigações a curto prazo com obrigações trabalhistas, encargos sociais, fornecedores, obrigações fiscais, obrigação com o Conselho Federal de Enfermagem, relativa a cota-parte e outras obrigações.

As Provisões constituem obrigações existentes da entidade proveniente de eventos passados, e que se espera que resulte em uma saída de fluxo de recursos relacionados a benefícios econômicos ou potencial de serviços com a característica de terem algum grau de incerteza, quanto a valor e data de pagamento. As provisões a curto prazo representam as obrigações com férias,

13º salário e respectivos encargos (INSS, FGTS e PIS). Compõe o saldo das provisões, as sobre férias e encargos e encargos (FGTS e PIS) sobre o 13º salário.

As demais obrigações a curto prazo correspondem às consignações em folha de pagamento, tributos retidos e outras obrigações.

Demais obrigações a curto prazo	Valor (R\$)
Consignações em Folha	25.335,27
Tributos Retidos	189.514,98
Total das Demais Obrigações	214.850,25

O patrimônio da Instituição está representado por resultados acumulados:

Composição Patrimônio Líquido	Valor (R\$)
Superávit de exercícios anteriores	15.478.124,88
Superávit do exercício corrente	4.600.844,65
Ajustes de exercícios anteriores	25.055.591,06
Patrimônio Líquido	45.134.560,59

Composição da conta Ajustes de Exercícios Anteriores:

Composição de Ajustes de Exercícios Anteriores	22.471.832,38
(+) ajuste de depreciação por conta de reavaliação de bens imóveis	640.483,58
(+) ajuste de depreciação pela utilização do sistema de patrimônio	59.923,23
(-) ajuste pela baixa de créditos tributários, parecer asslegis 048/2018	1.043.190,77
(+) ajuste de provisão para perda com créditos de liquidações duvidosas	22.812.744,38
(+) ajuste regularização de saldo de conta adiantamento salário	1.871,96

A Instituição apresentou um superávit financeiro, diferença entre o ativo financeiro, representado pelas disponibilidades em bancos e o passivo

financeiro, representado pelas obrigações, apurado no balanço patrimonial, de R\$ 3.033.490,44.

Ativo Financeiro	R\$ 4.100.642,72
Passivo Financeiro	R\$ 1.067.152,28

Analisando a liquidez deste Conselho Regional, a capacidade de pagamento da autarquia frente a suas obrigações, percebe-se que a entidade possui altíssimos índices de liquidez, sinalizando que o Coren-BA não tem dificuldades em honrar com seus compromissos de curto prazo (liquidez corrente e imediata) e compromissos de longo prazo (liquidez geral).

Analisando o endividamento total do Coren-BA, a porcentagem do ativo total financiada com recursos de terceiros, percebe-se que este Conselho possui índices muito baixos de endividamento, não havendo riscos de solvência para a entidade. No cálculo deste índice, quanto maior o quociente, mais endividada está a entidade, e maior será o risco desta em não cumprir com suas obrigações. O índice de endividamento total deste Conselho, que é a relação entre o passivo exigível e o ativo total é de 4,47%, e o grau de endividamento, que é a dependência em relação ao capital de terceiros é de 0,0468.

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

No início do exercício de 2018 o saldo inicial apurado no Balanço Financeiro era de R\$ 1.981.122,00, após o encerramento do exercício o saldo que passa para o exercício seguinte é de R\$ 4.130.344,08, representando um resultado

financeiro superavitário de R\$ 2.149.222,08. O motivo deste superávit decorre do fato dos recursos arrecadados neste exercício (96,17% arrecadado) terem sido superiores a execução de despesas (89,55% executado), resultando em um superávit orçamentário no valor de R\$ 1.452.181,43.

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

No exercício de 2018 foi prevista uma receita corrente 11,19% acima do previsto para 2017. Em relação à arrecadação, o montante arrecadado em 2018 foi superior em 3,23% o do exercício anterior. No exercício, ocorreu superávit corrente de R\$ 1.457.394,21, com consequente superávit orçamentário de R\$ 1.452.181,43.

Da receita corrente prevista para todo o exercício, 96,17% foram arrecadados, no mesmo período do exercício anterior este montante foi de 103,58%. Considerando a meta de crescimento da arrecadação no exercício de 2018, no percentual de 7,34%, o crescimento da arrecadação do período ficou 4,11% aquém do previsto.

Em relação à execução das despesas, foram realizadas 90,67% das despesas correntes fixadas, o que corresponde a um decréscimo de 6,91% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Luiz Alberto da Silva Araújo

CRC-BA 15.877/O



Outras Informações Relevantes

O Coren-BA, através da Decisão Normativa TCU 163/2017, que dispõe acerca das unidades prestadoras de contas cujos responsáveis terão as contas do exercício de 2017 julgadas pelo TCU, foi selecionado para ter as contas julgadas. A Auditoria Anual de Contas foi realizada Controladoria Geral da

União – CGU, no 2º semestre de 2018, e as contas da autarquia foram consideradas regulares com ressalvas, conforme Certificado de Auditoria n.º 201800418. As ressalvas apontadas resultaram em 9 recomendações a serem tratadas pelo regional, as quais elencamos a seguir:

Constatação	Recomendação (CGU)	Tratamento (Coren-Ba)
Constatação: 2	Redefinir os critérios de seleção dos estabelecimentos de saúde fiscalizados de forma a dar maior transparência no processo de escolha.	Definição dos critérios sob análise do setor de fiscalização da atividade profissional.
Constatação: 2	Redefinir as metas de fiscalização de forma a compatibilizá-las com a força operacional do Conselho.	No exercício de 2018 as metas de fiscalização foram ajustadas e reduzidas, porém, o realizado do ano continuou insuficiente, atingindo 54,17% do planejado. Estão sendo realizadas estudos para a melhoria da logística dos procedimentos de fiscalização, em busca do cumprimento das metas planejadas.
Constatação: 3	Definir uma meta de prazo de tramitação para julgamento dos processos de apuração e julgamento, bem como o tempo máximo de cada etapa do processo, e disponibilizar as informações do indicador na página do conselho na internet.	Definição das metas de prazo de tramitação dos processos de apuração e julgamento estão sob análise da administração.
Constatação: 4	Revisar todas as viagens compradas em 2017 e solicitar a agência o reembolso do valor das viagens canceladas, conforme o contrato celebrado.	Processo de revisão das passagens compradas em 2017, e canceladas, realizada, sendo reembolsado as passagens conforme critério do contrato e do tipo de passagem adquirida na companhia aérea.
Constatação: 4	Após a realização da revisão das passagens canceladas, ajustar a rotina/procedimento visando a disciplinar as solicitações de reembolso de passagens aéreas nos casos de cancelamento.	A elaboração do manual para disciplinar estas situações no Coren-BA está em andamento, mas, as regras do Manual de Emissão de Passagens do Cofen estão sendo aplicadas até a aprovação do manual interno.
Constatação: 10	Elaborar normativo interno que regule a estrutura remuneratória dos empregos em comissão e das funções gratificadas, excluindo a chamada gratificação de função 30%, dada a falta de razoabilidade para a sua concessão.	Elaborada a Decisão Coren-BA n.º 016/2018 que reestruturou os cargos em comissão e funções gratificadas, sendo excluída a gratificação de função 30%. Esta Decisão entrou em vigência no dia 01/01/2019
Constatação: 11	Suspender as progressões funcionais dos empregados optantes até atingir o nível em que se encontram atualmente, conforme as regras previstas no PCCS aprovado pelo Plenário do COREN-BA, ou ajustá-las a novas previsões contidas em futuros planos.	Progressões funcionais dos empregados suspensas, sendo realizada somente progressões em conformidade com o PCCS vigente. Instituída comissão de revisão do PCCS, através da Portaria Coren-BA n.º 015/2018, e alterações posteriores.
Constatação: 13	Expedir comunicado aos setores de licitação e jurídico, informando-os do entendimento do TCU acerca da desnecessária presença dos licitantes na reunião de abertura dos envelopes nos procedimentos licitatórios, a fim de evitar novos casos de impedimento indevido.	Comunicado expedido, e estabelecido procedimento na unidade de controladoria para conferência da pertinência dos impedimentos, que eventualmente ocorram, de participação em procedimentos licitatórios.
Constatação: 14	Comunicar formalmente ao fiscal do contrato e à CDLU, vencedora do certame em 2018, acerca dos fatos aqui apontados, em especial quanto ao conflito de interesse existente na cotação e/ou contratação da empresa Surya e ao procedimento de controle adicional de abertura de envelopes para as despesas acima do limite legal.	Comunicação realizada, porém, no ano de 2018 não ocorreu nenhuma cotação ou contratação conforme esta situação apontada.

